

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JEFFERSON CHAVES DA SILVA**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NAS MESORREGIÕES CATARINENSES:**  
**Um estudo a partir da Abordagem das Necessidades Básicas**

**Florianópolis, 2018**

**JEFFERSON CHAVES DA SILVA**

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NAS MESORREGIÕES CATARINENSES:**

**Um estudo a partir da Abordagem das Necessidades Básicas**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Professora Dra. Solange Regina Marin

**Florianópolis, 2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno Jefferson Chaves da Silva na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Professora Dra. Solange Regina Marin

---

Professor Dr. Lauro Francisco Mattei

---

Professor Msc. Márcio Moraes Rutkoski

*Dedico este trabalho a minha esposa Analu e  
ao meu filho Heitor, obrigado pelo apoio  
e pela compreensão nos momentos  
em que estive ausente*

## **AGRADECIMENTOS**

*A minha orientadora professora Solange Marin,  
por ter aceitado o meu convite*

*A Mayara Moraes que tive o prazer de conhecer  
em momento decisivo deste trabalho, sua ajuda foi fundamental*

*Ao Departamento de Economia da PUC-Rio, pela  
contribuição à pesquisa no país, ao disponibilizar  
uma ferramenta tão poderosa para análise  
de microdados chamada Data Zoom*

*“A pobreza é a pior forma de violência” Gandhi*

## RESUMO

O conceito de pobreza habitualmente está associado à falta de dinheiro, mas a palavra pobreza também atinge outras dimensões como a falta de bem-estar e qualidade de vida. Dada à presença de múltiplas privações na vida dos pobres faz sentido examinar a situação de suas necessidades básicas, ao analisar a falta de infraestrutura social amplia-se o entendimento de seus efeitos na vida das pessoas. Enquanto a abordagem monetária é inerentemente unidimensional, a abordagem das necessidades básicas dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza, isto é, várias dimensões são importantes ao mesmo tempo. É neste contexto que este estudo se propõe, sem negar a importância da renda monetária, aplicar um índice de pobreza multidimensional para as mesorregiões do estado de Santa Catarina, seguindo os passos da metodologia Alkire e Foster (2007). Recorreu-se aos dados do Censo Demográfico 2010 disponíveis na base de dados do IBGE, sendo definidas quatro dimensões – educação, saúde e condições sanitárias, habitação, renda e trabalho – e nove indicadores – alfabetização, anos de estudo, esgotamento sanitário, abastecimento de água, condição de ocupação do imóvel, energia elétrica, coleta de lixo, renda *per capita* e emprego – para o cálculo das medidas de pobreza. O trabalho visa discutir as principais abordagens sobre a pobreza, aproximar a realidade do estado ao tema proposto, além de realizar um ensaio empírico que consiste na aplicação do método Alkire Foster (2007) para as seis mesorregiões do estado. Os resultados obtidos apontam que ter a liberdade de viver em um ambiente com infraestrutura social não é a realidade de uma parcela significativa da população catarinense e que é necessário olhar com mais atenção para as mesorregiões Oeste e Serrana, onde a pobreza se mostrou mais presente. Mesmo na mesorregião da Grande Florianópolis, que obteve o menor índice de pobreza, o estudo denota privações relevantes na vida das pessoas, revelando que as condições de vida estão distantes do que poderia ser considerado adequado. Este conjunto de privações não pode ser desconsiderado pelo poder público no planejamento de combate à pobreza, pois, sendo os direitos sociais uma competência do Estado, cabe a ele conduzir políticas sociais que procurem transformar essa realidade.

**Palavras-chave:** Pobreza Multidimensional, Santa Catarina, Necessidades Básicas, Metodologia Alkire Foster.

## ABSTRACT

The concept of poverty is usually associated with lack of money, but the word poverty also affects other dimensions such as lack of well-being and quality of life. Given the presence of multiple deprivations in the life of the poor, it makes sense to examine the situation of their basic needs, analyzing the lack of social infrastructure widens the understanding of its effects on people's lives. While the monetary approach is inherently one-dimensional, the basic needs approach emphasizes the multidimensional character of poverty, ie several dimensions are important at the same time. It is in this context that this study proposes, without denying the importance of monetary income, to apply a multidimensional poverty index for the mesoregions of the state of Santa Catarina, following the Alkire and Foster (2007) methodology. The data of the 2010 Demographic Census were available in the IBGE database, with four dimensions - education, health and sanitation, housing, income and work - and nine indicators - literacy, years of study, sanitary sewage, water, land occupation, electric energy, garbage collection, per capita income and employment - for the calculation of poverty measures. The paper aims to discuss the main approaches to poverty, to bring the reality of the state closer to the proposed theme, as well as to carry out an empirical study of the application of the Alkire Foster method (2007) to the six mesoregions of the state. The results show that having the freedom to live in an environment with a social infrastructure is not the reality of a significant part of the population of Santa Catarina and that it is necessary to look more closely at the West and Serrana mesoregions, where poverty has become more present . Even in the mesoregion of Greater Florianópolis, which had the lowest poverty rate, the study shows significant deprivation in people's lives, revealing that living conditions are far from what could be considered adequate. This set of deprivations can not be disregarded by the public power in planning to combat poverty, since social rights are a competence of the State, it is incumbent on it to conduct social policies that seek to transform this reality.

**Keywords:** Multidimensional Poverty, Santa Catarina, Basic Needs, Alkire Foster Methodology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) por Mesorregião.....	56
Figura 2: Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) por Municípios.....	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Criação das variáveis <i>dummy</i> no <i>Software Stata</i> .....	39
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Privações em Santa Catarina de acordo com os indicadores escolhidos.....	52
Gráfico 2: Incidência de Pobreza (H), Intensidade de Pobreza (A) e IPM ( $M_0$ ).....	54
Gráfico 3: Contribuição das diversas privações na incidência ajustada $M_0$ , segundo as Mesorregiões Catarinenses.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional.....	35
Tabela 2: Dimensões, Indicadores e Primeira Linha de Corte.....	37
Tabela 3: Matriz de privação para Santa Catarina $k \geq 3$ .....	41
Tabela 4: Incidência de pobreza multidimensional por mesorregiões catarinenses.....	51
Tabela 5: Índice de Pobreza Multidimensional por Mesorregião.....	55
Tabela 6: Maiores índices de pobreza Mesorregião Oeste.....	57
Tabela 7: Menores índices de pobreza Mesorregião Oeste.....	58
Tabela 8: Maiores índices de pobreza Mesorregião Serrana.....	59
Tabela 9: Menores índices de pobreza Mesorregião Serrana.....	59
Tabela 10: Menores índices de pobreza Mesorregião Grande Florianópolis.....	60
Tabela 11: Maiores índices de pobreza Mesorregião Grande Florianópolis.....	62
Tabela 12: Maiores índices de pobreza Mesorregião Norte.....	63
Tabela 13: Menores índices de pobreza Mesorregião Norte.....	63
Tabela 14: Maiores índices de pobreza Mesorregião Vale do Itajaí.....	64
Tabela 15: Menores índices de pobreza Mesorregião Vale do Itajaí.....	65
Tabela 16: Maiores índices de pobreza Mesorregião Sul.....	66
Tabela 17: Menores índices de pobreza Mesorregião Sul.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A – Incidência de Pobreza Multidimensional

ANB – Abordagem das Necessidades Básicas

AF – Alkire Foster

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

FEA/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

H – Intensidade de Pobreza Multidimensional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILO - International Labour Organization

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LIP – Linha Internacional da Pobreza

$M_0$  – Incidência de Pobreza ajustada pela Intensidade ou IPM

MEC - Ministério da Educação

OPHI – Oxford Poverty & Human Development Initiative

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 Tema e Problema de Pesquisa .....	15
1.2 Objetivos .....	16
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	16
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	16
1.3 Justificativa.....	17
1.4 Organização do Texto.....	18
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITUAÇÃO DA POBREZA.....</b>	<b>19</b>
2.1 Pobreza: uma perspectiva histórica.....	19
2.2 Pobreza absoluta e pobreza relativa.....	22
2.3 Renda como parâmetro: as linhas de pobreza absoluta e relativa.....	24
2.4 Abordagem das necessidades básicas (ANB).....	26
2.5 A Pobreza como fenômeno multidimensional.....	29
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>32</b>
3.1 O método Alkire-Foster (AF).....	33
<b>4 POBREZA EM SANTA CATARINA.....</b>	<b>44</b>
4.1 Características do estado catarinense: uma aproximação ao tema da pobreza.....	44
4.2 Índice de Pobreza Multidimensional: apresentação dos resultados.....	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>83</b>
APÊNDICE A: Rotina de comandos no <i>Stata</i> para criação das variáveis <i>dummy</i> .....	83
APÊNDICE B: Cálculos para obtenção dos índices de pobreza para Santa Catarina e criação das variáveis <i>dummy</i> para as mesorregiões, utilizando a Grande Florianópolis como <i>proxy</i> .....	84
APÊNDICE C: Cálculos para obtenção dos índices de pobreza para as mesorregiões, utilizando a Grande Florianópolis como <i>proxy</i> .....	85

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Tema e Problema de Pesquisa

Um dos debates mais importantes, complexos e antigos nas diversas áreas de conhecimento, diz respeito a uma questão fundamental da condição humana – a pobreza.

A pobreza realmente é um mal que assombra grande parte da população mundial<sup>1</sup>, diferente da ideia de naturalização deste fenômeno, as pessoas não vivem na miséria porque querem, mas porque não dispõem de alternativas, pois, as causas inúmeras vezes estão fora de seu controle. São pessoas desprovidas não apenas de dinheiro, mas expostas aos males sociais, lhes faltam saúde, instrução, direitos políticos, cultura e principalmente dignidade.

A pobreza se coloca como um problema complexo e que não pode ser reduzido apenas à visão monetária, aborda-la exclusivamente sob esta métrica implica em ocultar outras dimensões fundamentais da condição humana, a renda, portanto, seria apenas uma categoria a ser analisada.

A utilização de uma perspectiva mais ampla traduziria de maneira mais detalhada as múltiplas faces do problema, o indivíduo pode estar em situação de pobreza quando não tiver oportunidade de acesso aos recursos básicos para viver com dignidade, portanto, outra categoria de análise seria a situação das necessidades básicas humanas.

Na abordagem unidimensional, a pobreza vem sendo reduzida em Santa Catarina<sup>2</sup>, o estado tornou-se alvo de estudos que o apontavam como sendo um dos primeiros que iriam superar a condição de miséria e pobreza absoluta<sup>3</sup>, sua renda *per capita* de 1.597,00<sup>4</sup> em 2017, é a quarta maior do país, o PIB foi mais de R\$ 249 bilhões<sup>5</sup> em 2015, ficando entre os seis maiores do país.

---

<sup>1</sup> O relatório de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável divulgado pela ONU em 2016 aponta que 13% da população mundial ainda vive em extrema pobreza, 800 milhões de pessoas passam fome e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico. Disponível em:

<[https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/07/The\\_Sustainable\\_Development\\_Goals\\_Report\\_2016.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/07/The_Sustainable_Development_Goals_Report_2016.pdf)>

<sup>2</sup> De acordo com o Portal Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, em 2000, o estado tinha 13,1% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que reduziu para 4,4% em 2010. Disponível em:

<<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/1-acabar-com-a-fome-e-a-miseria/BRA004042/santa-catarina>>

<sup>3</sup> Estudos do IPEA (2010) apontavam Santa Catarina como um dos primeiros estados da federação a superar a condição de miséria em 2012 e a condição de pobreza absoluta em 2015. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados\\_n58\\_Dimens%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados_n58_Dimens%C3%A3o.pdf)>

<sup>4</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>>

<sup>5</sup> Ver Tabela 5938 - Produto Interno Bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>

A economia catarinense é marcada pela diversidade, com importantes segmentos na indústria, agropecuária e serviços, com isso se mantém em posição de destaque no cenário econômico nacional, partindo desta exposição, busca-se passar a ideia de que a utilização de uma abordagem puramente monetária pode ser insuficiente para capturar as várias formas de pobreza.

O problema proposto por este trabalho surge da seguinte questão: “a partir de um olhar multidimensional com base na Abordagem das Necessidades Básicas é possível identificar as mesorregiões mais pobres de Santa Catarina e se o estado realmente opera um crescimento com pouca pobreza?” É com base neste questionamento, que este estudo vai dialogar com a concepção multidimensional da pobreza, buscando subsídios na Abordagem das Necessidades Básicas para fornecer uma resposta por outra via, isto é, aquela onde as pessoas sofrem privações nas mais diversas esferas da vida.

Afinal, como destaca Rocha (2006), originalmente, a preocupação com a pobreza não veio à tona nos países pobres, onde o problema é mais crítico. A discussão sobre pobreza como a conhecemos hoje se iniciou nos países desenvolvidos. Tratava-se de alertar para situação de privação onde as questões de sobrevivência física não estavam em jogo.

## 1.2. Objetivos

Os objetivos deste trabalho serão divididos em objetivos gerais e objetivos específicos.

### *1.2.1. Objetivo Geral*

Mensurar a pobreza multidimensional em Santa Catarina a partir da Abordagem das Necessidades Básicas fundamentada no método Alkire Foster (2007).

### *1.2.2. Objetivos Específicos*

- a) Apresentar as principais abordagens sobre a pobreza;
- b) Refletir sobre as características econômicas de Santa Catarina e aproximar o estado ao tema proposto;
- c) Construir e analisar um índice de pobreza multidimensional para as seis mesorregiões catarinenses.

### 1.3. Justificativa

A pobreza, apesar de configurar-se como um problema visível, ainda é muito difícil de ser entendida de maneira exata, por isso é fundamental compreendê-la como evento multidimensional.

O problema pode ser analisado a partir de diversas abordagens, porém, durante muito tempo, o conceito hegemônico<sup>6</sup> de pobreza caracterizava o indivíduo como pobre, caso sua renda estivesse abaixo de um determinado nível monetário. Este conceito se mostrou limitado, abrindo espaço para o desenvolvimento de novas formas de análise e as medidas multidimensionais acabaram expandindo o escopo do estudo, transformando-se em uma alternativa mais avançada de explicação do problema.

Para Asselin (2002) a multidimensionalidade depende da definição dada à pobreza, para a qual não existe uma formulação única, porém, ele sugere um conceito ao qual este estudo se alinha, pobreza consiste não somente na falta de renda, mas também na falta de condições essenciais para a dignidade humana nas seguintes dimensões: nutrição; educação; saúde; saneamento; água potável; habitação; e participação na comunidade. Esta abordagem mais contemporânea da pobreza parece refletir melhor a complexidade da sociedade atual.

O patamar atingido por Santa Catarina revelado em alguns números, como por exemplo, no PIB que entre janeiro a setembro de 2017 teve um acréscimo de 3,14%<sup>7</sup> quando comparado com o mesmo período de 2016, sendo expressivo, pois, foi bem acima da média nacional de 0,43%, lhe conferem certo prestígio. Isso é fundamental no seu processo de crescimento, não obstante, alimentar um otimismo excessivo, pode contribuir para ocultar problemas no tecido social.

Se a renda monetária fosse o único critério para determinar as pessoas mais pobres de um município ou de uma região, tal critério esconderia outras privações existentes e acabaria excluindo ou mal avaliando pessoas que poderiam ser alvo de políticas. Dessa forma, como a pobreza é um fenômeno multidimensional, quando se limita a caracterização da pobreza a uma dimensão — no caso, a renda —, pode-se estar encobrindo as reais privações em outras importantes dimensões, como saúde, educação e proteção familiar, entre outras (OTTONELLI et al., 2011, p. 856).

---

<sup>6</sup> Demo (1998) destaca que, sobretudo os economistas, reduziavam a pobreza a mera carência de renda, alimentando uma conceituação deficiente do problema.

<sup>7</sup> Ver Santa Catarina tem crescimento do PIB acima da média nacional. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/desenvolvimento-economico/santa-catarina-tem-crescimento-do-pib-acima-da-media-nacional>>

#### 1.4. Organização do Texto

Este trabalho contempla quatro capítulos, além da introdução, o primeiro se propõe a apresentar a pobreza, assinalando os principais conceitos e a evolução do debate que lançou as bases para o entendimento do problema como fenômeno multidimensional e complexo. Busca-se respaldo teórico na teoria dos indicadores sociais, pois segundo Soligo (2012) os fenômenos estudados pelas ciências sociais são demasiadamente complexos para serem interpretados e analisados sob uma ótica unidimensional. Para interpretar um fenômeno social, é necessário considerá-lo na sua multiplicidade de aspectos, procurando suas várias dimensões analíticas.

O segundo capítulo reserva-se para apresentar os aspectos metodológicos do trabalho, bem como o método Alkire-Foster (2007), sua forma de aplicação, seleção das dimensões e dos indicadores para as mesorregiões catarinenses.

No terceiro capítulo busca-se inserir o tema da pobreza ao contexto catarinense, passando pelo problema do êxodo rural, o fenômeno da litoralização, a concentração fundiária e as cicatrizes deixadas nas regiões envolvidas na Guerra do Contestado. Colocando estes fatores em contraste com a ideia de passar uma imagem que Santa Catarina opera um crescimento sem conflitos sociais. Ocorre também a aplicação do método em questão para as mesorregiões do estado de Santa Catarina e a apresentação dos resultados obtidos.

Por fim, no quarto capítulo, associando os resultados obtidos com a discussão teórica proposta, será concebida as considerações finais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITUAÇÃO DA POBREZA

### 2.1 Pobreza: uma perspectiva histórica

Qual seria a melhor definição de pobreza? A literatura disponível<sup>8</sup> a respeito do tema indica que inexistem um conceito unívoco, afinal, sua definição é algo complexo<sup>9</sup>. A pobreza sempre esteve presente em todas as sociedades, concebendo, portanto, uma área de pesquisa tão ampla, quanto antiga.

De acordo com Rezende Filho (2009) a pobreza adquire, na ótica cristã da Idade Média, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os “não pobres” possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos.

Para Lopes (2016), a apologia da pobreza como forma de vida mais perfeita e segura para a salvação é um alerta para os perigos das riquezas que quase inevitavelmente conduzem à perdição, isto está no âmago da doutrina cristã.

Contrariamente para os protestantes, ser rico era uma benção divina, segundo Schwartzman (2001), tal doutrina via na riqueza material um sinal do reconhecimento, por Deus, das virtudes das pessoas, e na pobreza uma marca clara de sua condenação.

O ponto é que nesse período da Idade Média, a pobreza carrega implícito o pressuposto da carência e as medidas de combate caminhavam no campo moral, com a forte influência do Cristianismo que através da doutrina da fraternidade, manifestada pela esmola, tinham o objetivo de purificar a alma do esmolar<sup>10</sup>, não obstante, na verdade, estavam revestidas pelo interesse próprio e não pela identificação do sofrimento alheio, assim:

A esmola legitimava-se porque existia um pacto social e divino que a impunha, mas dava-se, sobretudo, por interesse próprio. Dava-se porque se lhe atribuía um valor sacramental como portadora de graças. Dava-se não por amor ou solidariedade para com o infeliz, mas por amor a Deus e apenas dando-a por Ele a esmola era redentora. Dava-se porque se esperava receber em troca muito mais. O caráter interesseiro da esmola foi levado tão longe que não só se garantiam vantagens espirituais, mas também benesses temporais ao cristão esmolar (LOPES, 2016, p. 87).

---

<sup>8</sup> Codes (2008) afirma que a literatura sobre o assunto é farta em todo o mundo, produção de livros, relatórios e medidas estatísticas sobre as condições contemporâneas testemunham a importância dada ao tema nos dias de hoje. Segundo ela as quatro principais concepções consistem nas ideias de subsistência, das necessidades básicas, da privação relativa e da pobreza como privação de capacidades.

<sup>9</sup> Atualmente, o fenômeno tende a ser percebido como uma questão multidimensional e complexa, que concerne a situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas e em que diferentes fatores estão interligados (CODES, 2008, p. 7).

<sup>10</sup> Aquele que dá esmolas frequentemente; caridoso.

Já na idade moderna o tema ganha novos contornos, a partir da Revolução Industrial, manifestada pela legislação de proteção aos pobres<sup>11</sup> ou *poor laws*. O grande debate a ela associado, tem como origem os efeitos combinados da grande expansão demográfica e o processo de esvaziamento dos campos, que lançaram milhares de pessoas nas cidades, em condições extremas de privação e pauperismo (SCHWARTZMAN, 1997, p. 8).

Polany (2000) destaca que os auxílios eram basicamente, para manter as necessidades de subsistência, a *Speenhamland Law*<sup>12</sup> ou "sistema de abonos", por exemplo, consistia num mecanismo de aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão, na verdade, ela introduziu uma concepção social e econômica que nada mais era que o "direito de viver".

Corazza (2005) relata que a realidade social decorrente da Revolução Industrial era muito preocupante e desafiava os intelectuais da época, as leis dos pobres<sup>13</sup>, que garantiam o auxílio à população carente, começavam a ser contestadas, capitaneada pela classe proprietária de terras e pelos capitalistas industriais, devido aos seus elevados custos e aos obstáculos que criavam para a formação do mercado de trabalho.

Ainda segundo Corazza (2005), tanto David Ricardo, que defendia o interesse da burguesia industrial progressista, quanto Thomas Malthus, que estava do lado da nobreza proprietária de terra, não nutriam apreço por estas leis.

Thomas Malthus (1996) ao afirmar que os trabalhadores pobres quando tinham uma oportunidade para poupar, raramente o faziam, gastando dinheiro com futilidades e vícios, parece atribuir ao próprio homem a culpa de sua pobreza, ao criticar as leis dos pobres, advogava que tais leis reduziam a vontade de poupar enfraquecendo a prosperidade:

O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem, mas tudo o que está além das suas necessidades de momento, genericamente falando, vai para a cervejaria. Por essa razão se diz que as leis dos pobres da Inglaterra diminuem tanto a condição como a vontade de poupar do povo, e assim enfraquecem um dos mais fortes estímulos à sobriedade e à atividade e, conseqüentemente, à prosperidade (MALTHUS, 1996, p. 271).

<sup>11</sup> Cabe ressaltar que estas leis tinham um caráter mais coercitivo do que protetor, Behring e Boschetti (2009) em sua obra Política Social: fundamentos e história, ao retomar Robert Castel (1998) e Pereira (2000), utilizam o termo "código coercitivo do trabalho" para referirem-se as leis inglesas elisabetanas, que para os autores, não tinham como finalidade garantir o bem comum, mas manter a ordem social e punir a vagabundagem. O pobre passa a ser visto como uma ameaça à ordem.

<sup>12</sup> Diante da escassez de alimentos e preços elevados, o tumulto estava estabelecido na Grã-Bretanha, para evitar possíveis distúrbios, os magistrados da cidade de Speen no condado de Berkshire, realizaram uma reunião em 1795, e decidiram trazer uma escala de subsídio em que um trabalhador teria sua renda suplementada ao nível de subsistência. Apesar de diversas vezes ser chamada de Lei, a Speenhamland nunca foi aprovada.

<sup>13</sup> Leis dos Pobres (Poor Laws) – Série de leis de amparo oficial aos pobres surgidas na Inglaterra em fins do século XV e durante o século XVI. Essas leis foram consequência direta das profundas transformações sociais provocadas pela exploração dos recursos naturais do Novo Mundo e a abertura de novos mercados de consumo que favoreceram a expansão do comércio e da indústria manufatureira (RICADO, 1996, p. 75).

David Ricardo (1996) ao escrever que os pobres não devem ficar à espera de caridade casual ou sistemática, mas devem apoiar-se em seu próprio esforço para manter-se, parece também depositar no campo do individualismo as causas da pobreza, ele defendia que as leis dos pobres deram estímulo à imprudência:

É uma verdade que não admite dúvida, que o conforto e o bem-estar dos pobres não podem ser permanentemente assegurados sem algum interesse da parte deles ou algum esforço de parte do legislativo, para regular o aumento de seu número e para tornar menos frequente entre eles os casamentos prematuros e imprevidentes. A vigência do sistema das leis dos pobres tem sido diretamente contrária a isso. Essas leis tornaram toda contenção supérflua e deram estímulo à imprudência, oferecendo-lhes parte dos salários que deveriam caber à prudência e à perseverança. A natureza do mal indica o remédio. Restringindo gradualmente a esfera de operação das leis dos pobres, transmitindo-lhes o valor da independência e ensinando-lhes que não devem esperar a caridade casual ou sistemática, mas apoiar-se em seu próprio esforço para manter-se, e mostrando-lhes também que a prudência e a previsão não são virtudes desnecessárias nem inúteis, alcançaremos pouco a pouco uma condição mais segura e mais forte (RICARDO, 1996, p. 76).

O debate é conduzido por uma via, para utilizar uma expressão de Guimarães (2016), que transfere toda a culpa da pobreza para a zona do individualismo do próprio pobre, ignorando que o pobre exista a partir de uma realidade coletiva.

Também para Montañó (2012), seja a pobreza considerada como carência ou como vadiagem, seu enfrentamento sempre remete à consideração de que sua causa se encontra no interior dos limites do próprio indivíduo e não como uma questão do sistema social.

O enfoque do enfrentamento da pobreza como mera condição de subsistência (ou direito de viver), para Crespo e Gurovitz (2002), o mais restritivo, predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 50. Esta concepção foi adotada na Inglaterra exercendo grande influência em toda a Europa. A maior crítica desse enfoque foi que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência, ou seja, bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência.

Para Adam Smith (1996), a pobreza é a expressão do atraso econômico e, como tal, uma condição indiretamente eliminável (ANDRADE, 1989, p. 108). Uma sociedade mercantil seria capaz de eliminar a pobreza através da geração de emprego e renda. Na teoria smithiana é a propensão para a troca, entendida como intrínseca à natureza humana, a chave para compreender como a sociedade organiza suas relações de produção sustentada na divisão do trabalho:

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios — multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho — que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo. (SMITH, 1996, p. 70)

Setenta anos depois da morte de Adam Smith, o capitalismo tinha se expandido enormemente, mas, em vez de bem-estar e prosperidade, a Europa estava submersa em pobreza e guerra civil (SCHWARTZMAN, 2004, p. 18).

Mas é o início dos anos 70 que marca o reconhecimento – por parte do meio acadêmico e das instituições voltadas para o financiamento e desenvolvimento – de que as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza não estavam sendo equacionadas como resultado do crescimento econômico (ROCHA, 2006, p. 9).

A partir de 1970, a pobreza tinha a conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Configurou-se o enfoque das necessidades básicas, apontando certas exigências de consumo básico de uma família. Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4).

A figura do pobre (pessoa desprovida de) sempre existiu desde os primórdios das civilizações, entretanto, o que vem se modificando ao longo dos tempos é a forma de representação social (sujeito de direito, interação coletiva, estereótipo social e representatividade grupal). O pobre é um ser em estado de mutação permanente, assim como as sociedades o são. Desta forma, as transformações histórico-sociais afetam diretamente na subjetividade da concepção da pobreza (CASSAB, 2001 apud GUIMARÃES, 2016, p. 80).

A despeito de a pobreza ter recebido distintas interpretações, em todas, existe a noção de privação, material ou de ordem cultural e social, esta privação pode ser caracterizada, entre outros, como absoluta e relativa.

## 2.2 Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa

Os conceitos absoluto e relativo são iniciativas que surgiram para dar respostas ao fenômeno da pobreza. A pobreza absoluta é um conceito que se sustenta na ideia de subsistência, enquanto a pobreza relativa considera que a pobreza do indivíduo deve ser medida em comparação com aqueles que estão inseridos no mesmo ambiente social.

O conceito de pobreza absoluta se propõe quando são fixados padrões para o nível “mínimo” ou “suficiente” de necessidade – também conhecido como a linha ou limite da pobreza – e se computa a porcentagem da população que se encontra abaixo desse nível. O padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário, etc.) em geral é avaliado segundo preços relevantes, e a renda necessária para custeá-los é calculada. Como se pode ver por essa definição, a pobreza absoluta expressa uma opinião coletiva derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana (ROMÃO, 1982, p. 360).

Segundo Rocha (2006) a pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital e o estabelecimento de um parâmetro de valor a ser utilizado como linha de pobreza, a partir de preços e quantidades de itens, isso remete ao arcabouço teórico de Benjamin Seebohm Rowntree<sup>14</sup> (1901), que definia patamares diferenciados de renda necessária de acordo com o tamanho e estrutura da unidade familiar.

Portanto, pobreza absoluta trata-se de uma definição de pobreza facilmente reconhecível, situação dolorosa e degradante que agride severamente a integridade da condição humana, para medi-la se estabelece um mínimo de recursos que um indivíduo deve ter acesso para ter o direito de viver, nesta métrica a pobreza é definida em termos unidimensionais.

Apesar de importante esta é uma medida que por si só pode ser imprecisa, pois, não considera outras dimensões, Da Silva et al. (2016) destaca que a opção pelo enfoque da pobreza multidimensional não significa o abandono da renda como uma dimensão da pobreza, os níveis de renda são relevantes, pois permitem que as pessoas adquiram bens e serviços e que usufruam de um determinado padrão de vida. Por este motivo, a dimensão renda está presente na maioria dos estudos multidimensionais.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a pobreza absoluta relaciona à quantidade de dinheiro necessária para atender às necessidades básicas, como alimentos, roupas e abrigo, mas é um conceito que não está preocupado com questões mais amplas de qualidade de vida, portanto, falha em reconhecer que os indivíduos têm necessidades sociais e culturais importantes<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Pesquisador e sociólogo inglês que escreveu o livro *Poverty, A Study of Town Life*, sobre a pobreza na cidade de York na Inglaterra.

<sup>15</sup> Ver United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 2017. Poverty. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/>>

O conceito de pobreza relativa, segundo Rocha (2006), define as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social.

Para Freitas (2010) a pobreza relativa é uma concepção onde um elemento da sociedade é pobre quando não tem recursos suficientes para sustentar um nível de vida que é generalizado na sociedade que integra, mantendo-se numa posição de exclusão social, ou seja, é uma nítida situação de desvantagem em relação ao resto das pessoas ao seu redor.

Escrevendo na década de 1960, Brian Abel-Smith e Peter Townsend<sup>16</sup> falaram sobre a definição da palavra pobreza, advogando em favor de seu conceito relativo: “em qualquer sentido objetivo da palavra não existe um significado absoluto que possa ser aplicado em todas as sociedades a qualquer tempo. A pobreza é um conceito relativo. Falar que está em situação de pobreza é uma afirmação relativa, como dizer quem é baixo ou quem é pesado” (ABEL-SMITH; TOWNSEND, 1965, p. 63 apud SHEAFF, 2005, p. 144, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Ao passo que o conceito de pobreza absoluta considera fundamental para medição do problema a questão da subsistência, o conceito de pobreza relativa preocupa-se com o contexto social, pois, ele que determina as necessidades a satisfazer.

### 2.3 Renda como parâmetro: as linhas de pobreza absoluta e relativa

Estando os indivíduos inseridos em uma economia monetizada, é natural relacionar a satisfação das necessidades vitais ao parâmetro monetário. Medidas de pobreza a partir da insuficiência de renda ficaram tradicionalmente associadas ao conceito de pobreza absoluta, o consumo surge como indicador de bem-estar, medido por uma cesta de bens considerada pertinente a um nível de vida básico.

Um instrumento de mensuração decorrente da ideia de “pobreza absoluta” são as conhecidas “linha de pobreza”, ou ainda, “linha de indigência” (ou de “pobreza extrema”), que são traçadas a partir de certos patamares de renda, de modo a determinar quem são pobres ou indigentes, respectivamente (UGÁ, 2008, p. 112).

---

<sup>16</sup> Abel-Smith foi um economista britânico cujo campo de pesquisa era saúde e bem-estar social, o também britânico Peter Brereton Townsend foi um sociólogo dedicado a estudar a vida dos mais pobres. Juntos conduziram estudos sobre a pobreza que culminou no livro de 1965, “*Poor and the Poorest*”. A obra foi utilizada para lançar o *Child Poverty Action Group (CPAG)*, uma instituição de caridade no Reino Unido, no qual Abel-Smith e Peter Townsend foram membros fundadores.

<sup>17</sup> In any objective sense the word has no absolute meaning which can be applied in all societies at all times. Poverty is a relative concept. Saying who is in poverty is to make a relative statement – rather like saying who is short or heavy (ABEL-SMITH; TOWNSEND, 1965, p. 63 apud SHEAFF, 2005, p. 144).

Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza (ROCHA, 2006, p. 12).

O Banco Mundial, instituição global, tem por prática realizar pesquisas sobre a pobreza no mundo e para isso dispõe de ferramentas para medir e comparar os níveis de pobreza entre países, entre elas está a Linha Internacional de Pobreza (LIP), em 2015 sua definição passou de US\$ 1,25 para US\$ 1,90 por indivíduo, por dia, (em dólares dos EUA, na paridade do poder de compra de 2011)<sup>18</sup>.

A LIP é a média simples das linhas nacionais de pobreza dos 15 países mais pobres de uma amostra de 74 linhas nacionais de pobreza construídas por Martin Ravallion, Shaohua Chen e Pren Sangraula (2009). Os países considerados como grupo de referência para construção da LIP foram: Malawi, Mali, Etiópia, Serra Leoa, Niger, Uganda, Gambia, Ruanda, Guiné-Bissau, Tanzânia, Tadjiquistão, Moçambique, Chade, Nepal e Gana.

Contrariamente às linhas de pobreza associadas ao valor de cestas de consumo, as linhas de pobreza relativa estão estreitamente imbricadas às questões de distribuição de renda. Sua concepção se vincula ao fato de que o objetivo social é, além do aumento da riqueza, a distribuição cada vez mais equitativa dos frutos do crescimento econômico (ROCHA, 2006, p. 14).

Em dezembro de 1984 a Comissão Europeia num documento que versa sobre ações na luta contra a pobreza, definiu como pobres, aquelas pessoas, famílias, ou grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do modo de vida mínimo aceitável nos Estados-Membros em que vivem<sup>19</sup>.

Tal entendimento é muito semelhante à pobreza relativa. A definição do patamar de pobreza relativa na União Europeia é simples, são pobres aqueles cuja renda é inferior à metade da renda média, ou seja, com maior frequência, à metade, e até mesmo à 40% ou 60% da renda mediana (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 66).

Que o papel da renda é fundamental no processo de superação da pobreza é afirmação verdadeira, não obstante, conforme observou Demo (1996), pobreza como carência de renda representa faceta crucial do fenômeno, mas é uma deturpação bastar-se com ela.

---

<sup>18</sup> Ver “O Banco Mundial prevê que a pobreza global caia abaixo de 10% pela primeira vez; obstáculos importantes permanecem na meta de erradicação da pobreza até 2030”. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>>

<sup>19</sup> Ver artigo 1, item 2 da 85/8/EEC: Council Decision of 19 December 1984 on specific community action to combat poverty. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A31985D0008>>

Camargo e De Barros (1994) lembram um ponto importante, a insuficiência de renda pode ter consequências bastante distintas, dependendo, em grande parte, da infraestrutura social disponível. Quanto menor a infraestrutura social disponível para atender a população pobre, maiores serão as consequências negativas da insuficiência de renda.

#### 2.4 Abordagem das Necessidades Básicas (ANB)

A abordagem das necessidades básicas, em linhas gerais, tem por objetivo identificar um conjunto de requisitos mínimos da vida humana, as pessoas cujos estes requisitos não são atendidos serão consideradas pobres.

Este conceito ganhou destaque em 1976, por meio da Conferência Mundial sobre Emprego, Distribuição de Renda, Progresso Social e Divisão Internacional do Trabalho, em Genebra sob a regência da OIT. O resultado do encontro foi uma Declaração de Princípios e Programa de Ação, que delineou estratégias e definiu o papel da OIT e de outras agências das Nações Unidas no processo de desenvolvimento para satisfazer as necessidades básicas<sup>20</sup>.

A iniciativa parecia ser um reflexo da crescente preocupação de que os benefícios do crescimento econômico não estavam irradiando para os pobres da maneira que a teoria econômica liberal previa<sup>21</sup>.

O crescimento, em si, não traz, automaticamente, o desenvolvimento, ou por sinal, a felicidade. A teoria do *trickle-down*<sup>22</sup> é desmentida pelas provas da história. Na melhor das hipóteses, ela tem fracos efeitos positivos sobre a condição das pessoas situadas na base da pirâmide social quando as taxas de crescimento são muito altas (SACHS, 2001, p. 157).

Benno Asseburg e Gaiger (2007), também capturaram com precisão este ponto, eles relatam que o crescimento, quando ocorre, nem sempre cria condições de maior equidade, na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, o benefício do crescimento econômico não “respingou” para os setores mais desfavorecidos, para tirá-los da pobreza.

---

<sup>20</sup> Ver Activities of the ILO, 1976, Report of the Director-General (part 2). Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/09383\\_1977\\_63\\_part2.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/09383_1977_63_part2.pdf)>

<sup>21</sup> Para Junior, Magalhães e De Oliveira (2015), a origem da ideia de que os benefícios do crescimento econômico transbordariam para os mais pobres encontrasse no liberalismo clássico. David Ricardo acreditava que cabia aos capitalistas investir e aos trabalhadores consumir, se os trabalhadores obtivessem uma maior parcela da renda nacional, o investimento e o crescimento econômico necessariamente diminuiriam, dessa forma, o superávit deveria se concentrar nas mãos da classe capitalista, para a maximização do crescimento econômico de longo prazo, beneficiando assim também os mais pobres.

<sup>22</sup> O conceito de *trickle-down* foi, primeiramente, cunhado pelo humorista americano Will Rogers que, durante a Grande Depressão, afirmara que o dinheiro teria sido totalmente apropriado pelo topo com a esperança de que iria gotejar para os necessitados. Convertido em princípio de governamentalidade na época Reagan, o *trickle-down* evidencia, no marco da década de 1980, a magia do neoliberalismo, que se consolidará como modelo do capitalismo contemporâneo (DE LIMA, 2018, p. 42).

A abordagem das necessidades básicas surgiu como um contra-argumento a ênfase na capacidade do crescimento econômico em promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza nos países do chamado Terceiro Mundo. Constitui-se, portanto, nos primeiros questionamentos sobre o poder do crescimento econômico como medida do progresso social (LACERDA, 2009, p. 45).

A concepção da ANB integra os esforços para compreender a pobreza, ela considera além da subsistência – alimentação adequada, abrigo e roupas estão obviamente incluídos – serviços essenciais fornecidos à comunidade em geral, como água potável, saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica, saúde e educação.

Streeten et al. (1981) em *First Things First: Meeting Basic Human Needs in the Developing Countries*<sup>23</sup>, escreve que o primeiro passo é definir o melhor indicador para cada uma das necessidades básicas essenciais, consideradas em seis dimensões: nutrição, educação primária, saúde, saneamento básico, abastecimento de água, condições de habitação e infraestrutura relacionada. O fato de considerar seis dimensões, não significa adotar apenas seis indicadores, mais de um indicador pode ser necessário para medição adequada da situação de cada área. A abordagem das necessidades básicas surgiu como interessante ferramenta para analisar dados.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social realizada em Copenhague, em 1995 também fez amplo uso da abordagem das necessidades básicas voltadas para o bem-estar e isso se reflete no foco em sobrevivência, saúde, fome, água potável e educação básica.

Entre os princípios e objetivos que versam a Declaração, está o apoio ao progresso e a segurança das pessoas e das comunidades, de modo a que cada membro da sociedade possa satisfazer as suas necessidades humanas básicas e alcançar a dignidade pessoal. Um dos compromissos firmados dispõe sobre orientar esforços e políticas para superar as causas fundamentais da pobreza e atender às necessidades básicas de todos. Esses esforços devem incluir a eliminação da fome e da subnutrição, o estabelecimento da segurança alimentar e a promoção da educação, emprego e nível de vida, serviços de cuidados primários de saúde,

---

<sup>23</sup> Robert McNamara, presidente do Banco Mundial (1981), montou uma comissão liderada por Paul Streeten, para trabalhar sobre o tema das necessidades básicas. O resultado deste trabalho foi publicado em 1981, neste livro os autores defendem a “abordagem das necessidades básicas” para o desenvolvimento econômico. Ver The World Bank, Documents & Reports. First things first: meeting basic human needs in the developing countries (English). Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/882331468179936655/First-things-first-meeting-basic-human-needs-in-the-developing-countries>>

incluindo a saúde reprodutiva, água potável e saneamento, habitação adequada e oportunidades de participação na vida social e cultural<sup>24</sup>.

Para Rocha (2006), há um consenso de que o conceito de pobreza relevante no Brasil ainda é o de pobreza absoluta, porém é inevitável que na operacionalização deste conceito, sejam incorporadas certas necessidades, que podem ser consideradas o mínimo necessário para o funcionamento do indivíduo no contexto socioeconômico.

Rabenhorst (2007) destacou a teoria das necessidades básicas como instrumento importante na análise da pobreza, pois, permite outra interpretação deste fenômeno, estamos acostumados a identificar a pobreza apenas com os aspectos de subsistência, contudo, ser pobre não é apenas não dispor de bens primários essenciais, na verdade, cada tipo de necessidade humana básica não satisfeita corresponde um tipo de pobreza.

Salama e Destremau (1999) detalharam a abordagem das necessidades básicas na definição de pobreza ao considerar essencial o acesso a alguns bens, sem os quais os cidadãos não seriam capazes de usufruírem uma vida minimamente digna, a saber: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte público e educação, que são bens imprescindíveis para que os indivíduos possam levar vidas saudáveis e tenham chances de inserção na sociedade (DA SILVA; DE SOUSA; ARAUJO, 2017, p. 221-222).

Rocha (2006) listou três aspectos onde a abordagem das necessidades básicas opõe-se à abordagem monetária: primeiro porque abandona a renda como indicador chave, pelo interesse em adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida; segundo porque estabelece objetivos e mede resultados para sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre preferencialmente; terceiro porque dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências.

---

<sup>24</sup> Na Cúpula Mundial pelo Desenvolvimento Social, realizada em março de 1995 em Copenhague, os governos chegaram a um novo consenso sobre a necessidade de colocar as pessoas no centro do desenvolvimento. O encontro foi a maior reunião de líderes mundiais da época. Declaração disponível em United Nations - Copenhagen Declaration on Social Development: <[http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_CONF.166\\_9\\_Declaration.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.166_9_Declaration.pdf)>

## 2.5 A Pobreza Como Fenômeno Multidimensional

Conforme discutido, a ideia de pobreza, muitas vezes, ainda aparece associada à falta de dinheiro, por isso procura-se medi-la em termos de escassez de renda, em outras palavras, a abordagem unidimensional continua presente.

Como as pesquisas científicas exigem conceitos que possam ser convertidos em parâmetros mensuráveis, os esforços para quantificar a pobreza deram origem ao conceito de linha de pobreza monetária, não obstante, a análise observada apenas de um ângulo (da renda) pode conduzir a uma excessiva simplificação do fenômeno, dada a complexidade da vida humana.

Ser pobre também é não ter boa saúde, não ter acesso à educação, não dispor de abrigo apropriado, de saneamento básico, de água potável, etc. Cada um desses fatores pode fornecer uma importante referência sobre a pobreza, a questão é que os pobres se encontram descobertos, ao mesmo tempo, da maioria dos elementos essenciais à vida. Logo, nenhum aspecto unidimensional será capaz de descrever satisfatoriamente o estado de pobreza.

Ao longo dos anos, as formulações e as análises sobre a pobreza caminharam em direção à ampliação da percepção sobre o fenômeno. Cada vez mais, múltiplas dimensões foram sendo associadas à problemática e incorporadas às investigações sobre o tema (CODES, 2008, p. 23).

Para Bourguignon e Chakravarty (2003) é certo que com maiores níveis de renda a pessoa é capaz de melhorar sua condição de vida, mas ao mesmo tempo pode ser que alguns atributos não monetários não existam, por exemplo, algum bem público. A renda como único indicador de bem-estar<sup>25</sup> é inadequada e deve ser suplementada por outros atributos como, habitação, alfabetização, expectativa de vida, fornecimento de bens públicos e assim por diante. Neste contexto de múltiplas privações na vida dos pobres, torna-se pertinente estudar sua situação em termos de várias carências, é quando se revela o caráter multidimensional da pobreza.

Alkire e Santos (2013) destacam que os indivíduos ao descreverem sua situação de pobreza relatam uma ampla gama de dimensões, desde saúde precária, nutrição, falta de saneamento adequado e água potável, exclusão social, baixa escolaridade, más condições de moradia, violência, vergonha e falta de poder, para citar alguns.

---

<sup>25</sup> É importante registrar que o termo “bem-estar”, neste trabalho, como destaca Giacomelli (2015), é entendido como uma visão que abrange o indivíduo em sua totalidade, constituída de valores e características sociais e individuais específicas, ou seja, não está atrelado à análise econômica tradicional fundamentada na maximização das utilidades dos indivíduos.

Vale destacar que dentre as abordagens que consideram a pobreza como estado de múltiplas privações, é possível identificar duas principais, a abordagem das necessidades básicas – já apresentada como objeto do presente estudo – e a abordagem das capacitações<sup>26</sup>.

Os estudos de Amartya Sen<sup>27</sup> (1981, 2000) mostram que há a necessidade de considerar outras variáveis, além da renda, para medir a pobreza tais como acesso à educação, saúde, habitação, saneamento e também a liberdade de escolha entre os tipos de vida que uma pessoa tem razão de valorizar. Para ele, a pobreza pode ser avaliada pela privação de capacitações (MARIN; OTTONELLI, 2008, p. 243).

A abordagem das capacitações, conecta o problema da pobreza com questões mais amplas do desenvolvimento humano, caracteriza-se por criar condições para que as pessoas possam ter a liberdade de buscar o que valorizam.

A evolução do pensamento científico em torno do fenômeno pobreza também parece ser acompanhada de esforços de medição que, por tratarem de múltiplas dimensões e diferentes ponderações, ainda precisam de desenvolvimentos. Contudo, essas medidas mais amplas já representam um avanço frente às medidas unidimensionais e são ferramentas indispensáveis para administradores públicos envolvidos com políticas públicas de combate à pobreza (MARIN; OTTONELLI, 2008, p. 245).

Para Ferreira e Lugo (2013) o debate sobre a análise multidimensional da pobreza extravasou o campo acadêmico para lançar-se em um ambiente político mais amplo, no México, por exemplo, o Conselho Nacional para a Avaliação da Política Social (CONEVAL) adotou um índice multidimensional como medida oficial de pobreza do país<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> A abordagem das capacitações considera a pobreza como a privação para alcançar certos funcionamentos minimamente aceitáveis. Os funcionamentos compreendem os seres e fazeres (*beings and doings*) e podem variar de elementares como estar bem nutrido até realizações sociais mais complexas como ser feliz. Ver Ottonelli e Mariano (2014).

<sup>27</sup> Amartya Kumar Sen é um economista indiano ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998 por seu trabalho sobre a fome no mundo e sua relação entre a democracia e a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos (Cuadernos de Economía, 1998). Ele fez importantes contribuições para a economia do bem-estar social, teoria da escolha social, justiça econômica e social, teorias econômicas da fome e medidas de bem-estar nos países em desenvolvimento. Os livros de Sen foram traduzidos para mais de trinta línguas ao longo de um período de quarenta anos. Disponível em: <<https://www.nuffield.ox.ac.uk/people/profiles/amartya-sen/>>

<sup>28</sup> Nos termos do artigo 36 da Lei Geral do Desenvolvimento Social, o CONEVAL deve estabelecer diretrizes e critérios para a definição, identificação e medição de pobreza no México, considerando os seguintes indicadores: Renda atual per capita; Média de atraso educacional; Acesso aos serviços de saúde; Acesso à seguridade social; Qualidade e espaços de habitação; Acesso a serviços básicos; Acesso a comida; Coesão social; e Acesso a estrada pavimentada. Disponível em: <[https://coneval.org.mx/Evaluacion/NME/Documents/Ley\\_General\\_de\\_Desarrollo\\_Social.pdf](https://coneval.org.mx/Evaluacion/NME/Documents/Ley_General_de_Desarrollo_Social.pdf)>

No mesmo caminho o governo da Colômbia adotou uma estratégia de redução da pobreza focado em um Índice de Pobreza Multidimensional que contempla cinco dimensões<sup>29</sup>. A crítica destes índices encontra-se na maneira como as informações sobre as privações são agregadas entre dimensões.

Embora as vantagens de analisar a distribuição conjunta de privações sejam evidentes, a arbitrariedade na distribuição dos pesos entre as dimensões para a agregação em um índice escalar, tal como no método AF, é bastante criticada na literatura (FERREIRA; LUGO, 2013, p. 4 apud SERRA, 2017, p.32).

Rocha (2006), lembra que considerar diversas abordagens, como por exemplo, da renda e das necessidades básicas de forma complementar se configuram um procedimento essencialmente flexível, pois, tanto a definição e o nível da linha de pobreza, quanto à escolha dos indicadores da qualidade de vida, podem ser estabelecidos em função de condições concretas e de propósitos específicos.

Essa ideia de complementariedade também está presente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), publicado pela primeira vez no Relatório de 2010<sup>30</sup>, complementa as medidas monetárias de pobreza<sup>31</sup>.

Cada método de mensuração da pobreza multidimensional apresenta vantagens e desvantagens. A combinação de diferentes métodos, incluindo indicadores monetários e não monetários, permite explorar as vantagens de cada um e, fundamentalmente, analisar a interação entre as dimensões (SERRA, 2017, p. 35).

---

<sup>29</sup> Na Colômbia existem 2 indicadores oficiais e complementares para medir a pobreza: 1) pobreza monetária, que mede a parcela da população com rendimentos abaixo do mínimo definido como necessário para cobrir suas necessidades básicas; e 2) pobreza multidimensional, calculado com o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP), que mede domicílios com privações em 5 dimensões: 1) condições educacionais; 2) condições da infância e da juventude; 3) trabalho; 4) saúde; e 5) serviços públicos domiciliares e habitação. Disponível em: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Publicaciones/Publicaci%C3%B3n%20Ipm%20deptal.pdf>>

<sup>30</sup> O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) foi desenvolvido em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) para o 20º aniversário do Relatório de Desenvolvimento Humano em 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/assessing-multidimensional-poverty-%E2%80%93-one-index-global-level>>

<sup>31</sup> O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar. Os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados, é usado para distinguir entre os pobres e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre. Os domicílios com um nível de privação maior que ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda. Ele mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, um de seus atributos mais significativos está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Este estudo também se designa como um trabalho de pesquisa descritiva ao buscar as características da população em relação ao acesso às necessidades básicas, na tentativa de proporcionar um novo olhar sobre uma realidade já conhecida.

O trabalho sobre a pobreza multidimensional nas mesorregiões catarinenses, foi realizado em três etapas. A primeira, caracterizada pela revisão da literatura, visa dar contornos ao conceito de pobreza multidimensional pela ótica da Abordagem das Necessidades Básicas. Para esta etapa, foram requisitadas obras disponíveis sobre o tema, em livros, revistas, artigos e dissertações, adotando como fio condutor a evolução da análise da pobreza, a qual foi ampliando seu campo de visão, até chegar numa percepção de múltiplas dimensões.

A segunda etapa reserva-se para refletir sobre a pobreza em Santa Catarina, o intuito é mostrar que mesmo um estado com uma economia tão pujante, também pode sofrer de problemas presentes em todo o país. As deficiências de algumas regiões do estado são colocadas em oposição com a ideia de passar uma imagem que Santa Catarina opera um crescimento sem conflitos sociais. Para isso recorreu-se aos dados socioeconômicos do estado disponíveis no IBGE e em outros órgãos oficiais, sustentando a análise a partir das obras de outros autores.

A terceira etapa coloca em tela o processo de elaboração de uma medida multidimensional de pobreza para as seis mesorregiões catarinenses: Grande Florianópolis; Norte Catarinense; Oeste Catarinense; Serrana; Sul Catarinense; e Vale do Itajaí. Para tal, utilizou-se o método Alkire-Foster (2007) aplicado ao contexto do Censo Demográfico de 2010, o processo de coleta dos dados fez uso da ferramenta *Data Zoom*<sup>32</sup> e do *Software Stata*<sup>33</sup>, a disponibilidade dos dados pode ser considerada um fator limitante deste estudo.

---

<sup>32</sup> Desenvolvido pelo Departamento de Economia da PUC-Rio com financiamento da FINEP. O acesso é aberto. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/microdados.html>>

<sup>33</sup> *Stata* é um pacote de *software* estatístico que fornece ferramentas para análise e gerenciamento de dados.

O *Data Zoom* é uma ferramenta que disponibiliza gratuitamente pacotes em linguagem *Stata* para a leitura dos microdados das pesquisas domiciliares do IBGE, para gerar as bases, basta ter os dados originais<sup>34</sup> do IBGE e utilizar o programa. Além do instrumental para extração dos dados, ele oferece ferramentas para compatibilização de pesquisas entre diferentes anos. Para apresentação dos mapas, primeiramente foi feito o *download* dos *shapefiles*<sup>35</sup> no portal de mapas do IBGE, posteriormente se fez uso do programa *ArcGIS*<sup>36</sup> para apresentação.

### 3.1 O método Alkire-Foster (AF)

A compreensão da pobreza pode ser influenciada pela métrica utilizada pelos pesquisadores, por isso a criação de novas metodologias de medição que complementem aquelas tradicionais se torna fundamental.

No ano de 2007, a diretora Sabina Alkire<sup>37</sup> e o professor James Foster<sup>38</sup>, da Iniciativa de Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI)<sup>39</sup>, criaram um novo método de medição de pobreza multidimensional (conhecido como método AF, de Alkire Foster). Este método utiliza uma abordagem de contagem para identificar “quem é pobre”, levando em consideração o leque de carências que enfrentam, combinando estes dados com a metodologia Foster-Greer-Thorbecke (FGT)<sup>40</sup>, que vem a ser a classe de medições de pobreza pela renda de maior utilização. O resultado agrega informações que refletem a pobreza societária de forma robusta, detalhável por regiões e grupos e, o que é importante, por dimensão e indicador, que mostra de que forma as pessoas são pobres (NATALINO, 2015, p. 102).

<sup>34</sup> Dados originais disponíveis em:

<[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra/resultados\\_gerais\\_amostra\\_tab\\_u\\_f\\_microdados.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_u_f_microdados.shtm)>. Nesta pesquisa, os microdados para 14 municípios sofreram correção, sendo disponibilizados dois novos arquivos, disponíveis em:  
<[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra\\_areas\\_ponderacao/default\\_redefinidos.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default_redefinidos.shtm)>

<sup>35</sup> Shapefile é um formato de armazenamento de dados de vetor que guarda a posição, forma e atributos de feições geográficas.

<sup>36</sup> ArcGIS é um software que fornece ferramentas para criar mapas interativos.

<sup>37</sup> Sabina Alkire dirige a Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford (OPHI), um centro de pesquisa do Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford. Seus interesses e publicações de pesquisa incluem medição e análise multidimensional da pobreza, economia do bem-estar social, abordagem da capacidade de Amartya Sen, medição das liberdades e desenvolvimento humano. Ela é doutora em economia pela Universidade de Oxford.

<sup>38</sup> James Foster é Professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade George Washington, seu campo de pesquisa é orientado para economia do bem-estar - usando ferramentas econômicas para avaliar o bem-estar das pessoas.

<sup>39</sup> OPHI é um centro de pesquisa econômica dentro da Universidade de Oxford, fundado em 2007, o centro é liderado por Sabina Alkire.

<sup>40</sup> Os índices Foster-Greer-Thorbecke são indicadores de pobreza introduzidos em um artigo de 1984 pelos economistas Erik Thorbecke, Joel Greer e James Foster.

O método é capaz de capturar o percentual de pessoas que são pobres (incidência), além da intensidade da pobreza, é uma metodologia flexível que pode incorporar um amplo conjunto de dimensões e indicadores. Outra vantagem é poder detalhar a medição por região geográfica etnia, sexo ou qualquer outra categoria.

O “índice de pobreza multidimensional” do AF pode ser elaborado de maneira intuitiva em doze etapas. As seis primeiras são comuns a várias medições de pobreza multidimensionais, ao passo que as demais são específicas do método de contagem AF (NATALINO, 2015, p. 104).

### **1ª etapa: Unidade de análise**

O primeiro passo é estabelecer qual será a unidade de análise, podendo ser um indivíduo, uma residência, uma comunidade, etc. Para o estudo em questão, a ideia foi fazer um recorte da pobreza que fosse fácil de visualizar e que revelasse as disparidades nas grandes regiões, por isso foi definido que a unidade de análise será as seis mesorregiões de Santa Catarina.

### **2ª etapa: Dimensões**

Em seguida deve-se estabelecer quais serão as dimensões, podendo ser, saúde e condições sanitárias, educação, condições de moradia, renda, trabalho, entre outros. Vale registrar que este trabalho sustenta a escolha das dimensões em estudos sobre pobreza multidimensional como o de Lacerda (2009), Ottonelli (2013), Vieira, Kuhn e Marin (2017) e Fahel, Teles e Caminhas (2016).

A necessidade de ampliar o foco de investigação da pobreza sob a ótica multidimensional, conduziu os estudiosos a considerarem diversas dimensões, porém, antes de construir um indicador, além de definir a metodologia de composição do índice, deve-se determinar com atenção quais serão estas dimensões e os indicadores que irão representa-las.

Parece evidente que a construção de índices multidimensionais traz riqueza para análise por combinar diversas dimensões, mas invariavelmente é criticado em decorrência de escolhas arbitrárias, existe um dilema sobre quais dimensões da pobreza, além da renda, devem ser consideradas, “economistas não chegaram a um consenso sobre as dimensões que importam, nem sobre como decidir o que importa” (GRUSKY, KANBUR, 2006, p. 12, tradução nossa)<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Economists have not reached consensus on the dimensions that matter, nor even on how they might decide what matters (GRUSKY, KANBUR, 2006, p. 12).

Alkire (2008) admite que existe um problema na exposição dos motivos que levaram a escolha das dimensões e buscando delinear esta questão a autora identificou que a maioria das pesquisas se baseia em cinco formas de seleção, sozinhas ou combinadas:

As dimensões podem ser selecionadas por meio de cinco métodos: dados existentes; suposições que podem ser feitas com base em uma teoria; lista de dimensões, onde as pessoas selecionam as dimensões mais valoradas; processo participativo deliberativo permanente, utilizando discussões em grupo e análises participativas reais das pessoas; e propor dimensões com base em estudos empíricos de valores e/ou comportamentos das pessoas (ALKIRE, 2008, p. 1 apud BRITES et al., 2017, p. 10).

Leite et al. (2017) pontua que na perspectiva das necessidades básicas, algumas variáveis são consenso dentre os especialistas, destacando-se o acesso à água potável, à rede de esgoto, à coleta de lixo, ao transporte público e à educação como bens imprescindíveis para os indivíduos usufruírem de uma vida saudável e com chances de inserção social.

Frente a importância do processo de escolha das dimensões da pobreza, torna-se fundamental visitar outros trabalhos a respeito do tema, neste sentido, destacamos na tabela 1 alguns estudos e as dimensões eleitas pelos pesquisadores.

**Tabela 1: Dimensões utilizadas em estudos de pobreza multidimensional**

<b>Autor</b>	<b>Estudo aplicado à (ao)</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Método</b>
Lacerda (2009)	Bahia	Moradia Saneamento Educação Trabalho Renda Demográfica	Asselin (2002)
Ottonelli (2013)	Nordeste	Educação Saúde Condições Habitacionais Renda	Conjuntos Fuzzy
Vieira, Kuhn e Marin (2017)	Rio Grande do Sul	Educação Condições Domiciliares Saúde e Condições Sanitárias Renda e Trabalho	Alkire-Foster (2009)
Fahel, Teles e Caminhas (2016)	Brasil	Educação Saúde Padrão de Vida	Alkire-Foster (2011)

Fonte: Elaborado pelo autor

Lacerda (2009) desenvolveu seu estudo a partir da metodologia Asselin (2002) aplicado ao estado da Bahia, a autora elegeu seis dimensões e quinze indicadores, dentre eles, iluminação do domicílio, esgotamento sanitário, abastecimento de água, destino do lixo, condições sanitárias, proporção de alfabetizados no domicílio, proporção de crianças na escola no domicílio e renda.

Ottonelli (2013) sustentada no método dos Conjuntos Fuzzy utilizou a região nordeste do Brasil para aplicar um estudo multidimensional da pobreza, escolhendo quatro dimensões e dezenove indicadores, entres os indicadores estavam o percentual de pessoas de 15 anos ou mais não alfabetizadas, mortalidade infantil até 5 anos de idade, percentual de domicílios com acesso à energia elétrica, rede de água, coleta de lixo, domicílios com banheiro e percentual de domicílios com rendimento de até meio salário mínimo.

Vieira, Kuhn e Marin (2017) investigaram a pobreza multidimensional no Rio Grande do Sul, guiadas pela metodologia de Alkire-Foster (2009), seu processo de escolha culminou na seleção de quatro dimensões e doze indicadores, alguns deles foram: alfabetização; energia elétrica; abastecimento de água; instalações sanitárias; tipo de escoadouro das instalações sanitárias; destino do lixo; número de banheiros; e renda domiciliar.

Fahel, Teles e Caminhas (2016) propuseram uma análise da pobreza multidimensional no Brasil, conduzidos pelo método Alkire-Foster (2011), eles consideraram três dimensões e nove indicadores, alguns deles são: anos de escolaridade; mortalidade infantil; eletricidade; água encanada; saneamento básico; e tratamento do lixo.

### **3ª e 4ª etapa: Indicadores e Corte de privação (definição da primeira linha)**

Os próximos passos se constituem na escolha dos indicadores que irão representar cada dimensão e suas respectivas linhas de corte. A chamada primeira linha de corte, define o indivíduo como privado ou não privado para cada um dos indicadores considerados. As dimensões, os indicadores e os respectivos cortes adotados neste trabalho se alinham ao estudo realizado por Vieira, Kuhn e Marin (2017), podendo ser observados na tabela 2.

**Tabela 2: Dimensões, Indicadores e Primeira Linha de Corte**

Dimensão	Indicador	Microdados IBGE	Não privado se
Educação	Alfabetização <sup>1</sup>	alfabetizado	For alfabetizado
		não alfabetizado	
	Anos de estudo <sup>2</sup>	sem instrução ou menos de 3 anos de estudo	Estudou mais de 7 anos
		de 4 a 7 anos	
de 8 a 10 anos			
Saúde de Condições Sanitárias	Esgotamento Sanitário	de 11 a 14 anos	Tiver acesso à rede geral
		15 ou mais	
		rede geral	
	Abastecimento de água	fossa séptica	Tiver acesso à rede geral com canalização interna
		fossa rudimentar	
		vala	
Condição de ocupação do imóvel	Rio, lago ou mar	For próprio, já pago ou ainda pagando	
	outro		
	rede geral com canalização interna		
	rede geral sem canalização interna		
Habituação	Energia Elétrica	poço ou nascente com canalização interna	Tiver acesso no domicílio
		poço ou nascente sem canalização interna	
	Coleta de Lixo	outra forma	For coletado por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza
		próprio, já pago	
próprio, ainda pagando			
alugado			
Energia Elétrica	cedido por empregador	Tiver acesso no domicílio	
	cedido de outra forma		
	outra condição		
	não tem		
	tem		
Coleta de Lixo	Coletado por serviço de limpeza	For coletado por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza	
	Colocado em caçamba de serviço de limpeza		
	Queimado (na propriedade)		
	Enterrado (na propriedade)		
	Jogado em terreno baldio ou logradouro		
Coleta de Lixo	Jogado em rio, lago ou mar	For coletado por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza	
	Tem outro destino		

**(Continua)**

Notas:

<sup>1</sup> Crianças menores de 8 anos foram consideradas não privadas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que crianças aos 7 anos saibam ler e escrever ao final do segundo ano.

<sup>2</sup> Crianças menores de 15 anos foram consideradas não privadas, em consonância com a Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade, ou seja, até os quatorze anos seria a idade certa para completar o Ensino Fundamental

**Tabela 2: Dimensões selecionadas**

(Continuação)			
Dimensão	Indicador	Microdados IBGE	Não privado se
Renda e Trabalho	Renda <sup>3</sup>	renda total: soma da renda do trabalho com a de outras fontes, deflacionado	Obter valor per capita superior a R\$ 140,00
	Emprego <sup>4</sup>	trabalhou em atividade remunerada na semana de referência não trabalhou	Estiver empregado na semana de referência

Fonte: Adaptado de Vieira, Marin e Khun (2017, p. 277)

Notas:

<sup>3</sup> Foi estabelecido a renda *per capita* de R\$ 140,00 para ser considerado pobre, porque o programa Bolsa Família operava em 2010 (mesmo ano do Censo IBGE fonte de dados deste trabalho) com dois níveis de pobreza, a extrema pobreza (renda familiar *per capita* entre R\$ 0,00 e R\$ 70,00) e a pobreza (renda familiar *per capita* entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00). Menores de dezoito anos foram considerados não privados.

<sup>4</sup> Os menores de dezoito anos foram considerados não privados, tanto no indicador renda como no trabalho, porque que a Constituição Federal, apesar de não vedar, em seu artigo 7º, inciso XXXIII considera menor o trabalhador de 16 (dezesseis) a 18 (dezoito) anos de idade.

Registre-se que direitos sociais são garantidos pela Carta Magna, em seu Art. 6º ela dispõe que são direitos sociais, entre outros, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia e a assistência aos desamparados, portanto, sendo a garantia dos direitos sociais uma competência do Estado, cabe a ele conduzir políticas sociais que procurem transformar essa realidade.

A dimensão educação opera como um instrumento de ascensão social e superação da pobreza, Vieira, Kuhn e Marin (2017) lembram que a educação influencia a liberdade substantiva de o indivíduo ter uma vida melhor.

A dimensão saúde e condições sanitárias, foi eleita por ser capaz de prevenir riscos à saúde da população. O saneamento básico, que inclui entre outros, o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário é um direito assegurado pela Lei nº. 11.445/2007, entre os princípios fundamentais dispostos no Art. 2º encontramos a universalização do acesso.

A dimensão habitação torna-se fundamental, pois, uma moradia digna para o ser humano encontra-se elencada em um dos principais documentos internacionais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dispõe em seu artigo XXV, no primeiro item:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (UNIC, 2009, p. 13, **grifo nosso**)

As considerações sobre a dimensão renda e trabalho são feitas a partir da ideia de que trabalhar para se manter financeiramente é elemento norteador da vida em sociedade, de acordo com Natividade e Coutinho (2012) o trabalho ocupa lugar central na organização social e pode ser considerado um regulador da vida em sociedade, pois, é com base nele que o sujeito planeja e organiza os outros aspectos de sua vida.

### 5ª etapa: Aplicação da primeira linha de pobreza

Deve-se aplicar a primeira linha de corte que irá definir se a pessoa é privada (P) ou não privada (NP) para cada um dos indicadores das quatro dimensões consideradas.

Matriz de privação

$$g^{\circ} = \begin{matrix} & \begin{matrix} \text{Dimensões} \\ g^{\circ}11 & \cdots & g^{\circ}1d \\ g^{\circ}21 & \cdots & g^{\circ}2d \\ \cdots & \cdots & \cdots \\ g^{\circ}n1 & \cdots & g^{\circ}nd \end{matrix} \\ \begin{matrix} \text{Indivíduos} \\ \end{matrix} \end{matrix} \quad \begin{matrix} g^{\circ}_{ij} = 1, \text{ se } x_{ij} < Z_j, \text{ ou seja, com privação} \\ g^{\circ}_{ij} = 0, \text{ se } x_{ij} \geq Z_j, \text{ ou seja, sem privação} \end{matrix}$$

Vetor de Corte

$$Z = [Z1 \quad Z2 \quad \cdots \quad Zd]$$

Neste trabalho a partir do *software Stata*, foram criadas variáveis *dummy* para cada um dos indicadores considerados (quadro 1) em suas respectivas dimensões, e assumindo a linha de corte apresentada na tabela 2, as pessoas não privadas foram codificadas com o número 0 (terá peso nulo na medida final) e as privadas com o número 1.

**Quadro 1: Criação das variáveis *dummy* no *Software Stata***

Dummy	Indicador	Correspondente nos microdados IBGE Censo 2010
1	Saneamento	tipo_esc_san_B
2	Abastecimento	abast_agua
3	Alfabetização	alfabetizado
4	Anos de Estudo	anos_estudoC
5	Condição de Ocupação	cond_ocup_C
6	Eletricidade	ilum_eletr
7	Destino do Lixo	dest_lixo
8	Renda	rend_total_def
9	Trabalho	trab_rem_sem

Fonte: Elaborado pelo autor

### **6ª etapa: Apuração do número de privações (pontuação de privação)**

Nesta etapa deve-se fazer a soma dos indicadores onde o indivíduo apresentou privação, neste trabalho cada indicador tem peso igual dentro da sua dimensão, assim como cada uma das quatro dimensões também são ponderadas igualmente<sup>42</sup>.

Matematicamente  $c_i = g_{i1} + \dots + g_{in}$

$$\text{Contagem de privações } c_i = \begin{bmatrix} c1 \\ c2 \\ \dots \\ cn \end{bmatrix}$$

Para construção da matriz de contagem de privações, a qual convencionamos chamar de matriz C, foi concebida a partir do *software Stata*, os detalhes dos cálculos são apresentados nos Apêndices A, B e C deste trabalho.

### **7ª etapa: Definição da segunda linha de corte (k)<sup>43</sup>**

Deve-se estabelecer o corte que irá apontar o número mínimo de indicadores em que um indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre e será denominado pela letra “k”. Fahel, Teles e Caminhas (2016) lembram que no caso do IPM global, uma pessoa é identificada como pobre se tem uma pontuação de privação superior ou igual a 1/3, como o IPM é composto por 10 indicadores, o “k” seria 3,33. Neste estudo, também iremos adotar uma pontuação de privação superior ou igual a 1/3, como estamos trabalhando com 9 indicadores, o “k” será igual a 3.

### **8ª etapa: Corte de pobreza, aplicação da segunda linha<sup>44</sup>**

Serão considerados pobres aqueles que apresentarem pontuação de privação igual ou superior a segunda linha de corte (k), isto é,  $c_i \geq k$ , caso contrário receberão código zero, mesmo que existam privações estas não serão consideradas na matriz de privação censurada.

<sup>42</sup> O Índice Multidimensional de Pobreza (IPM), divulgado em 2010 através do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é construído usando três dimensões e dez indicadores igualmente ponderados. Alkire et al. (2010) lembra que a decisão de ponderar igualmente as dimensões saúde, educação e padrão de vida surge de diversas discussões sobre o tema, testes de robustez sobre o Índice de Desenvolvimento Humano, bem como a opinião de especialistas.

<sup>43</sup> Alkire e Seth (2009) ressaltam a importância de estabelecer valores intermediários para k. Se o gestor público ou o pesquisador adotar um posicionamento de que pobre é a pessoa que é privada em um ou mais indicadores, tem-se que 100% da amostra estará sujeita a ser privada, um meio termo é indispensável (FERREIRA; MARIN, 2016, p. 14).

<sup>44</sup> Em função das duas linhas usadas para a identificação dos pobres (privação em cada dimensão e pobreza), diz-se que o método AF adota uma abordagem de duplo corte (*dual cut-off*) na construção do índice de pobreza multidimensional (SERRA; YALONETZKY; BELIK, 2017, p. 6).

Método *dual cutoff*, exemplo para  $k \geq 2$ 

Matriz de privação	Contagem de privação	Matriz censurada	Contagem censurada
Dimensões			
$g^\circ = \begin{bmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 1 & 1 & 1 \\ 0 & 1 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{bmatrix}$	$ci = \begin{bmatrix} 0 \\ 3 \\ 1 \\ 2 \end{bmatrix}$	$g^\circ(k) = \begin{bmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 1 & 1 & 1 \\ 0 & 0 & 0 \\ 1 & 0 & 1 \end{bmatrix}$	$c(k) = \begin{bmatrix} 0 \\ 3 \\ 0 \\ 2 \end{bmatrix}$

O vetor contagem de privação entregue pelo *Stata* já estratifica as pessoas pela quantidade de indicadores as quais apresentaram privações, uma representação da matriz de privações pode ser observada na tabela 3, abaixo.

**Tabela 3: Matriz de privação para Santa Catarina  $k \geq 3$**

A	B	C	D	(A x C)
Indicador	Total Pessoas (n)	Pessoas pobres (q)	Ponderação	Contagem de Privações  c(k ≥ 3)
0	63.432	0	0	0
1	204.279	0	0	0
2	187.919	0	0	0
3	140.829	140.829	46.943	422.487
4	80.779	80.779	35.902	323.116
5	32.955	32.955	18.308	164.775
6	10.735	10.735	7.157	64.410
7	1.938	1.938	1.507	13.566
8	158	158	140	1.264
9	5	5	5	45
<b>Total</b>	<b>723.029</b>	<b>267.399</b>	<b>109.963</b>	<b>989.663</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados do *Stata*

Na tabela acima é possível observar que 63.432 pessoas não sofrem privações em nenhum dos 9 indicadores, 204.279 sofrem privações em apenas 1 indicador, 187.919 apresentaram privações em 2 indicadores e assim sucessivamente. O ponto que nos interessa são as pessoas privadas em 3 ou mais indicadores, conforme apresentado na 7ª etapa,  $k \geq 3$ , portanto, quem não atingiu este número de privações recebe o código zero (8ª etapa).

Sendo assim Santa Catarina apresentou 267.399 pessoas multidimensionalmente pobres de um total de 723.029<sup>45</sup> disponíveis nos microdados do Censo IBGE 2010. Estes valores serão essenciais para as etapas a seguir.

### **9ª etapa: Incidência multidimensional de pobreza (H)**

Deve-se calcular o índice de incidência multidimensional (*headcount ratio*) a fim de revelar a proporção da população multidimensionalmente pobre, para isso será dividido o número de pessoas pobres pelo número total de pessoas.

$H = q/n$  onde: **H** é a incidência multidimensional de pobreza (*headcount*); **q** é o número de pessoas que são multidimensionalmente pobres; **n** é a população total.

Para a tabela 3 apresentada na etapa anterior, teríamos:  $H = 267.399/723.029 = 0,3698$ , ou seja, a incidência de pobreza neste grupo é de 36,98%.

### **10ª etapa: Intensidade (ou profundidade) da pobreza (A)**

Deve-se calcular a intensidade da pobreza, trata-se do número relativo de privações das pessoas já consideradas multidimensionalmente pobres, para isso, realiza-se a soma da proporção de carências ponderadas de todos os indivíduos pobres, para depois dividir pelo número total de indivíduos pobres. Continuando com os números apresentados na tabela 3, teríamos:  $A = 109.963 / 267.399 = 0,4112$ , ou seja, em média as pessoas são privadas em 41,12% dos indicadores considerados.

### **11ª etapa: Incidência de pobreza ajustada (M<sub>0</sub>) ou IPM**

Depois de identificado os indivíduos em situação de pobreza multidimensional, deve-se fazer a agregação das informações, este cálculo é dado pelo produto dos dois índices parciais, proporção de pobres (H) pela pobreza média (A).

Retomando os cálculos anteriores, teríamos:  $M_0 = 0,3698 \times 0,4112 = 0,1521$ , isso significa que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações representa 15,21% do máximo possível na amostra em estudo. O valor varia de 0 (sem pobreza) a 1 (total pobreza)

---

<sup>45</sup> Originalmente são 872.242 observações, não obstante, os dados ausentes (ou *missing values*) nos indicadores selecionados, foram excluídos do estudo. Conforme explicamos no início dos aspectos metodológicos, dados faltantes configuram uma limitação do estudo.

### 12ª etapa: Decomposição dos índices

Por fim deve-se realizar a decomposição do índice calculado, é possível desagregá-lo por cidade, região geográfica, estado, etc., bem como analisar a quantidade de indivíduos privados em determinado indicador/dimensão. Neste trabalho, foi realizada a decomposição por municípios, a fim de revelar quais as cidades mais e menos pobres, e por indicador, para evidenciar as principais privações vivenciadas pela população catarinense.

Identifica-se como primeira medida de avaliação da pobreza multidimensional a incidência  $H$  (*headcount ratio*), Cobo, Athias e Mattos (2014) lembram que embora informativa, esta medida carrega algumas limitações, pois, se uma pessoa em situação de pobreza passa a ter privações em outras dimensões, a medida não se altera, isto é chamado de monotonicidade dimensional<sup>46</sup>.

A incidência de pobreza ajustada ( $M_0$ ) corrige este problema, para tanto antes é preciso calcular a privação média entre os pobres, uma outra maneira de reescrever a equação da intensidade de pobreza é  $A = |c(k)| / (qd)$  onde,  $\mathbf{c(k)}$  é o vetor censurado da contagem de privações;  $\mathbf{q}$  é o número de pessoas multidimensionalmente pobres e  $\mathbf{d}$  é o número de dimensões consideradas.  $M_0$  é obtido pelo produto simples dos dois índices parciais  $H$  e  $A$ , isso satisfaz a monotonicidade dimensional, uma vez que um pobre se torna privado em uma dimensão adicional isto aumenta o valor de  $c(k)$ , que conseqüentemente aumenta o valor de  $A$  e por fim, aumenta o valor de  $M_0$ .

Nos termos dos cálculos que apresentamos anteriormente, teríamos:

$$A = |c(k)| / (qd) \rightarrow A = 989.663 / (267.399 \times 9) \rightarrow A = 0,4112 \text{ ou } 41,12\%$$

O método AF é muito utilizado por pesquisadores da área, tanto que o IPM (Índice Multidimensional de Pobreza) apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 utiliza o método Alkire-Foster.

Vieira, Kuhn e Marin (2017) destacam que a principal vantagem desse método é a utilização das duas linhas de corte e também a possibilidade de decompô-lo seja por área geográfica, etnia, sexo ou outra variável.

---

<sup>46</sup> Ver Alkire e Foster (2007, p. 12)

## 4. POBREZA EM SANTA CATARINA

### 4.1. Características do estado catarinense: uma aproximação ao tema da pobreza

A despeito dos parâmetros de avaliação social vigente, concederem à Santa Catarina destaque quando o assunto é crescimento econômico, isto não significa dizer que habitamos um território justo.

Certos temas são tão discriminados na nossa sociedade que raramente figuram em discussões mais aprofundadas: classe social é um deles. Ninguém quer ouvir falar de pobreza, favelas e assuntos afins, senão com o distanciamento e a superficialidade costumeiras, quanto mais estudar o problema ou empenhar-se na busca de soluções reais (MIRANDA, 2001, p. 5).

O estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do Brasil, conta atualmente com 295 municípios e uma população – segundo o último censo – de 6.248.436 habitantes, em uma área de 95.737 km<sup>2</sup>, é o 20º estado em extensão territorial. Encontrasse dividida em seis mesorregiões, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Sul Catarinense, Serrana e Vale do Itajaí (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do IBGE (2010), o estado apresenta uma densidade demográfica de 65 hab./km<sup>2</sup>, índice bastante superior à média nacional que é de 22 hab./km<sup>2</sup>. A mesorregião com a maior densidade populacional é a Grande Florianópolis com 135 hab./km<sup>2</sup>, o aumento populacional se destaca na faixa litorânea num movimento conhecido como litoralização<sup>47</sup>. Uma acentuada densidade populacional pode trazer consigo consequências indesejáveis, tanto para mesorregião, quanto para o estado, dentre elas a pobreza, pois:

A concentração engendrada por esses movimentos – que tem respaldo também nos principais indicadores econômicos – é resultado do aprofundamento das desigualdades intraregionais no estado, tendo como correspondência o aumento das desigualdades intraurbanas, oriundas do padrão de crescimento das principais cidades (ocupação ilegal, favelização, violência, condições precárias de habitação e mobilidade urbana, segregação sócioespacial, etc.) (MIOTO, 2012 apud DA SILVA; MATTEI, 2013, p. 93).

Dentre as seis mesorregiões do estado, a que apresenta o maior contingente populacional é o Vale do Itajaí, possuindo um total de 1.508.980 habitantes (IBGE, 2010), equivalente a 24,15% da população catarinense.

---

<sup>47</sup> Para Da Silva e Mattei (2013) o processo de litoralização catarinense consiste em movimento verificado nas últimas décadas caracterizado por forte incremento populacional das mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, sobretudo em suas faixas litorâneas.

É possível observar um processo de elevação do contingente populacional em algumas mesorregiões, enquanto em outras, um movimento inverso de acentuado êxodo<sup>48</sup>. Este processo de urbanização desordenada tem reflexos na qualidade de vida da população, pois, o mesmo não vem acompanhado por uma infraestrutura para suprir as necessidades básicas, afetando principalmente os mais pobres.

Nas últimas décadas, o estado de Santa Catarina vem apresentando um acentuado êxodo rural, responsável pelo aumento das populações urbanas, e uma escassa absorção da população migrante pela “economia urbana”. A consequência deste processo tem sido o aumento do contingente populacional econômica e socialmente marginalizado, acompanhado do acirramento dos conflitos por terra, especialmente na região Oeste do estado. (SILVA, 2003, p.7).

Dentre os fatores que podem influenciar o processo de migração dos municípios rurais para os municípios polos, está a falta de oportunidade, porém, nem sempre migrar para centros urbanos garante chances melhores de trabalho, pois, as famílias já saem do campo pobres e sem qualificação, chegando às cidades em desvantagem na busca de um futuro melhor.

O êxodo rural tem muitas implicações socioeconômicas, tais como a marginalização nas grandes cidades, aumento das favelas, sem contar o drama da população rural que, vivendo uma situação de miséria, se vê inclinada a buscar uma vida melhor, com maiores oportunidades, na cidade. Na maioria das vezes esta ilusão é quebrada em muito pouco tempo, aos primeiros sinais de fome, cansaço, frio, e tantas outras necessidades, estas pessoas já pressentem a dificuldade por que vão passar (BOEING, 1996, p. 4).

Craice e Pezzo (2015), também buscaram mostrar esse movimento de predomínio da população em áreas urbanas com redução da população em áreas rurais (especialmente nas mesorregiões Oeste e Sul Catarinense), comprovando que a população catarinense não se distribui homoganeamente pelo território, ocorrendo concentração em determinadas mesorregiões, como Vale do Itajaí e Norte Catarinense.

---

<sup>48</sup> Segundo Míoto (2009) entre os anos de 2000 e 2007 as regiões Oeste Catarinense e Serrana foram as que apresentaram maior perda populacional, enquanto as regiões da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, aquelas que receberam grande parte dessa evasão.

A economia catarinense é marcada pela diversidade, com importantes segmentos na indústria, agropecuária e serviços. No que tange a produção de riquezas, Mattei, Rodolfo e Teixeira (2012), lembram que Santa Catarina consegue se manter em posição de destaque no cenário econômico nacional, não obstante, não se pode dizer o mesmo em relação à maneira desigual com a qual esta riqueza é distribuída, o PIB catarinense continua fortemente concentrado em alguns municípios e regiões<sup>49</sup>.

Sobre este tema, Neves et al. (2015) mostrou em seu estudo a formação de três agrupamentos espaciais com elevado índice de concentração de renda, o primeiro formado na região Oeste (Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuçu, Ouro Verde, Passos Maia, Salto Veloso, São Domingos e Xanxerê). O segundo formado no Planalto Norte (Canoinhas, Irineópolis e Timbó Grande) e o terceiro formado no Planalto Serrano (Abdon Batista, Brunópolis, Campo Belo do Sul, Curitibanos, Fraiburgo e São José do Cerrito). A taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) em todos os municípios está acima da média estadual, o percentual de pessoas pobres também pode ser considerado elevado se comparado com a média do estado de Santa Catarina e, quando se observa o nível de desenvolvimento socioeconômico, percebe-se que o IDH ficou abaixo do estadual.

Neste sentido, é elucidativa a reflexão de Avila et al. (2014) de que a pobreza, antes de ser geradora das mazelas e feiuras, é consequência e vítima da extrema concentração de riqueza.

A diversidade econômica, cultural e os índices de desenvolvimento conferem a Santa Catarina um prestígio nacional, tornando-a referência para as demais regiões brasileiras. Isso é parte fundamental no processo de crescimento, porém, adotar uma concepção weberiana de tipo ideal, construída no senso comum de que Santa Catarina é o bálsamo do desenvolvimento, pode ser enganoso, principalmente na aplicação de políticas públicas que visam o combate da pobreza nas suas mais diversas manifestações.

Infelizmente essa ideia de passar uma imagem de desenvolvimento sem conflitos sociais está presente em Santa Catarina. Em Florianópolis (sede administrativa do estado), por exemplo, Sugai (2009) descreve que os poderes locais e grupos empresariais desenvolveram uma forte estratégia de marketing para ampliar o turismo e atrair investimentos. Com o intuito de garantir Florianópolis como referência dentro dos padrões globais de qualidade de vida, propagou-se a imagem de que a cidade se constituía numa ilha dotada de atrativos naturais

---

<sup>49</sup> Rodolfo e Teixeira (2007) também relatam que nas últimas duas décadas os desequilíbrios têm se manifestado de forma cada vez mais clara em Santa Catarina, a concentração da população e da atividade econômica em algumas áreas, por um lado, e a fuga de população e a estagnação ou declínio econômico de outras começaram a se fazer notados.

excepcionais e que operava um desenvolvimento urbano e turístico aparentemente isento de danos socioambientais e sem graves conflitos sociais.

Porém, a realidade é um pouco diferente, de acordo com o Censo IBGE (2010), Florianópolis possuía 17.573 pessoas vivendo em aglomerados subnormais (favelas). Segundo o levantamento, a cidade contava com 13 favelas: Arranha Céu; Caieira da Vila Operária; Mac Laren; Monte Cristo; Morro da Penitenciária; Morro do 25; Morro do Orácio; Morro da Mariquinha; Nova Jerusalém; Santa Clara – Monsenhor Topp; Tapera; Vila Aparecida; e Vila do Arvoredo<sup>50</sup>.

Miranda (2001) também fez um mapeamento das áreas de favela da Grande Florianópolis, os resultados mostraram um processo de favelização generalizado em todos os municípios da região, com maior incidência na capital.

Este mecanismo de ocultamento da pobreza, também está presente na Mesorregião do Vale do Itajaí, trata-se de uma região que se constitui num dos polos econômicos mais significativos de Santa Catarina, Blumenau desponta como uma das cidades mais importantes, devido ao seu tamanho e, sobretudo pelo que representa em termos produtivos, em 2015 o PIB do município foi de R\$ 15,62 bilhões<sup>51</sup>, correspondendo a 21,27% do PIB da mesorregião e 6,27% do PIB estadual.

Porém, conforme afirmam Moser e Ijuim (2015) outra Blumenau se esconde por trás da cidade marcada pelas raízes alemãs, de gente galega, pele branca e olhos claros. Uma realidade que vai além de um belo “Vale Europeu”.

Blumenau é a cidade catarinense com maior número de favelas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2010, o município possui mais habitantes que residem nas chamadas “aglomerações urbanas subnormais”. Os residentes em áreas de concentração de pobreza são 7,5% da população. A cidade enfrenta o desafio de crescer de forma organizada e incluyente. As precárias condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas responsáveis por formar um abismo social entre a periferia e a imagem criada nos jornais (MOSER; IJUIM, 2015, p. 134).

---

<sup>50</sup> Ver aglomerados subnormais em IBGE. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/>>

<sup>51</sup> Ver Tabela 5938 - Produto Interno Bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>

Na Mesorregião Sul do estado o problema são os reflexos provenientes da exploração do carvão mineral, esta atividade econômica gerou importante desenvolvimento para região, não obstante, a exploração sem cuidados trouxe sérios danos ao meio ambiente comprometendo a qualidade de vida dos indivíduos. O período de prosperidade trazido pelo ciclo do carvão não veio acompanhado de uma infraestrutura básica para atender as necessidades da população.

Na Região Carbonífera, a problemática está bastante colocada pelo fato de haver, no processo de exclusão social, um espaço destinado à pobreza: as áreas cobertas por rejeitos do carvão. Pode aparentemente ser paradoxal, mas as outras áreas ocupadas pela pobreza são as de preservação ambiental. Isto é exemplo de crescimento urbano que não está associado a investimentos de infraestrutura e à oferta de serviços urbanos (GONÇALVES, 2004, p. 119).

Nas Mesorregiões do Oeste Catarinense e Serrana, a Guerra do Contestado<sup>52</sup>, gerou grandes consequências no desenvolvimento das cidades envolvidas no conflito, estes municípios figuram entre os últimos no ranking estadual de IDHM<sup>53</sup>.

Para Machado (2017), essa população vai ficar vivendo na periferia dos principais circuitos econômicos, porque as terras mais importantes lhes foram tomadas por descendentes de imigrantes, são marginalizados nas principais oportunidades educacionais, de emprego, no financiamento agrícola e na integração com as empresas da agroindústria.

A falta de oportunidade e qualidade de vida nesta região parece estar atrelada à concentração fundiária<sup>54</sup>, logo, romper com o modelo concentrador é pré-requisito para fixação da população rural, pois, de acordo com Santos (2011), a agricultura familiar, do ponto de vista social, é a maior responsável pela permanência do homem no campo, já que esta emprega todos os membros da família.

---

<sup>52</sup> Conflito armado que ocorreu na região Sul do Brasil numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina, entre outubro de 1912 e agosto de 1916, envolveu cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual.

<sup>53</sup> Ver Ranking - Santa Catarina em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>

<sup>54</sup> De acordo com o Censo Agropecuário 2006 do IBGE, a agricultura familiar representa apenas 20% da área total da microrregião de Campos de Lages (na mesorregião Serrana). Um total de 11.260 estabelecimentos está voltado para agricultura familiar, ocupando apenas 225.292 hectares, ao passo que 3.793 estabelecimentos patronais ocupam uma área de 900.816 hectares.

No que concerne à qualidade de vida, a Região do Contestado<sup>55</sup>, possui as cidades com os piores Índices de Desenvolvimento de Santa Catarina, fruto da concentração histórica da terra. No tocante à riqueza industrial, o destaque maior ainda é a indústria madeireira, a motivadora do *plantation de pinus*<sup>56</sup> e concentradora das terras, sem mencionar fatores com as diversas formas de degradações ambientais (LUDKA; FRAGA, 2015, p. 4298).

Na Mesorregião Norte, a cidade de Joinville – a mais populosa – é reconhecida por ter uma economia forte, dispondo de um poderoso parque fabril e uma gama diversificada de serviços, tornou-se um polo responsável por grande parte da geração de empregos do estado, em 2015 apresentou um PIB de R\$ 25,59 bilhões<sup>57</sup>, o maior entre as cidades catarinenses.

Diante de uma economia pujante somos induzidos a crer que os problemas sociais são mínimos, porém, Voos (2016) nos mostra a segregação socioespacial presente no território de Joinville, as camadas mais abastadas da sociedade encontram-se no Centro e em bairros próximos à região central da cidade, enquanto os mais pobres habitam as franjas extremas da cidade.

A primeira situação que nos chamou atenção, e que se torna um fio condutor para todas as outras, está na evidente segregação socioespacial presente no território de Joinville. As camadas mais abastadas da sociedade (inclusive aqueles que possuem renda maior que 20 salários mínimos) encontram-se no Centro e em bairros próximos à região central da cidade, como Atiradores e América. Por outro lado, os mais pobres habitam as franjas extremas da cidade, sobretudo o Paranaguamirim (ao sudeste), Vila Cubatão e Jardim Paraíso (ao nordeste) [...]. Por uma “coincidência orquestrada” intrínseca ao processo de construção da segregação socioespacial, estes últimos também são os locais que apresentam maior densidade demográfica, ou seja, muita gente pobre morando junto e longe do local de moradia dos ricos [...] São nessas regiões onde moram os mais pobres habitantes de Joinville e que, segundo o IBGE (2011), estão localizadas a maioria dos aglomerados subnormais, sendo estes o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das situações: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (VOOS, 2016, p. 64-69).

---

<sup>55</sup> A Região Metropolitana do Contestado, localizada em Santa Catarina, foi instituída pela lei complementar estadual nº 571, de 24 de maio de 2012, reúne quarenta e cinco municípios do estado, e tem como sede o município de Joaçaba.

<sup>56</sup> Sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios.

<sup>57</sup> Ver Tabela 5938 - Produto Interno Bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>

Nem tudo são rosas na Cidade das Flores<sup>58</sup>, os pobres geralmente costumam ser invisíveis na sociedade, neste sentido Voos (2016) lembra que a falta de infraestrutura necessária e as políticas sociais desajustadas com as realidades intraurbanas, provocam cenários desanimadores e que ceifam a esperança dos indivíduos de viverem em cidades mais justas e com qualidade de vida, assim como ocorre na cidade “oficial” das áreas mais ricas de Joinville.

Ainda na Mesorregião Norte, a cidade de Jaraguá do Sul é outro polo industrial, seu PIB em 2015 foi de R\$ 6,63 bilhões<sup>59</sup> – 8ª maior economia do estado – respondendo por 2,66% do PIB catarinense, que no mesmo ano foi mais de R\$ 249 bilhões<sup>60</sup>.

Para Schörner (2008), o crescimento da cidade deu maior visibilidade às suas contradições, revelando o distanciamento entre um ideal de trabalho, ordem e harmonia, e uma realidade marcada pela divisão social, econômica e cultural, confrontando a imagem de cidade ordeira e progressista com a pobreza e as desigualdades sociais dos bairros periféricos com seus casebres, suas ruas sem infraestrutura, seus loteamentos sem água, energia e com esgoto a céu aberto.

Sobre a falta de esperança e oportunidade dos indivíduos, Sen (2000) é esclarecedor e concordamos com sua afirmação de que:

O desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, insuficiência de oportunidades econômicas, assim como a destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e a intolerância ou exagerada interferência de Estados repressivos (SEN, 2000, p. 3, tradução nossa).<sup>61</sup>

A despeito do crescimento econômico – desde Adam Smith – ser um tema fundamental no campo da economia, se ele não vier acompanhado por mudanças nas estruturas básicas da sociedade não será suficiente para que de fato a qualidade de vida de um maior número de pessoas seja atingida. A melhoria do bem-estar está associada a políticas públicas que possam irradiar os benefícios do crescimento, pois, a trajetória da pobreza parece estar atrelada a políticas que excluem boa parte da sociedade dos benefícios do crescimento econômico. Neste sentido, o desenvolvimento exige que sejam removidas as principais fontes de privação de liberdade, entre elas a carência de oportunidades e a negligência dos serviços públicos.

---

<sup>58</sup> Joinville também é conhecida como a Cidade das Flores, inclusive o hino da cidade tem o nome de “Joinville, Cidade das Flores”. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/joinville-cidade-em-dados-2015.pdf>>

<sup>59 60</sup> Ver Tabela 5938 - Produto Interno Bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010. IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>

<sup>61</sup> Development requires the removal of major sources of unfreedom: poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states (SEN, 2000, p. 3).

#### 4.2. Índice de Pobreza Multidimensional: apresentação dos resultados

Santa Catarina apresentou um contingente de 267.399 pessoas consideradas multidimensionalmente pobres de um total de 723.029, isto é, uma incidência de pobreza (H) de 36,98%. A distribuição destas pessoas em situação de pobreza entre as seis mesorregiões do estado pode ser visualizada na tabela 4:

**Tabela 4: Incidência de pobreza multidimensional por mesorregiões catarinenses**

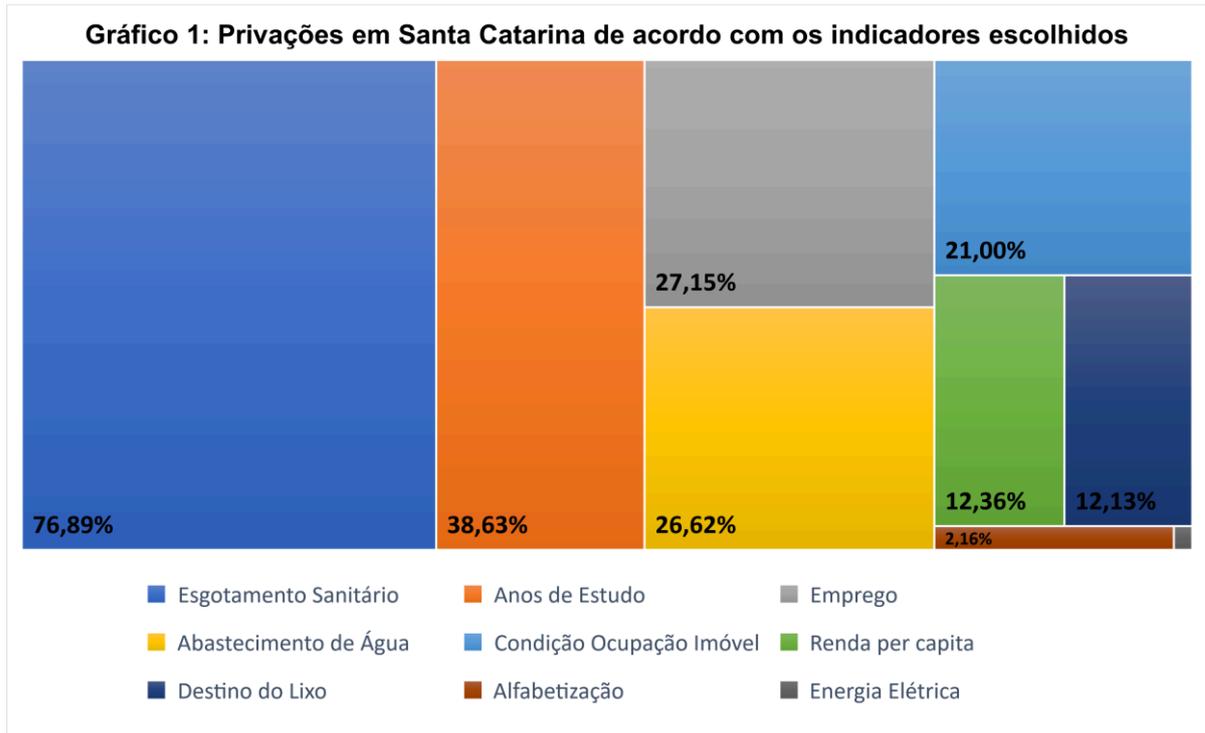
<b>Mesorregião</b>	<b>Pessoas pobres</b>	<b>Total de Pessoas</b>	<b>Incidência de Pobreza (H)</b>
Oeste	89.232	186.410	47,87%
Serrana	19.947	49.988	39,90%
Sul	40.913	111.536	36,68%
Vale do Itajaí	55.835	164.755	33,89%
Norte	37.032	116.273	31,85%
Grande Florianópolis	24.440	94.067	25,98%
Santa Catarina	267.399	723.029	36,98%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados Censo IBGE 2010

Como os índices calculados a partir do método AF são concebidos a partir dos indicadores, faz sentido verificar aqueles que representaram as maiores privações entre os catarinenses. Podemos citar o esgotamento sanitário como o mais relevante, 76,89% da população não possuía acesso à rede geral de esgoto, em seguida encontramos anos de estudo, 38,63% da população não possuía mais que sete anos de estudo.

Aqueles que apresentaram as menores privações foram os indicadores alfabetização com 2,16%, indicando as pessoas que não sabiam ler nem escrever e o indicador energia elétrica com 0,16%, mostrando que poucas pessoas no estado relataram ao IBGE não ter acesso a energia elétrica em seu domicílio.

O gráfico 1 apresenta o percentual de indivíduos privados em cada um dos indicadores considerados para todo o estado de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados Censo IBGE 2010

Sobre o esgotamento sanitário, Pedro Scazufca (2016), mestre em economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo e coordenador de estudos do Instituto Trata Brasil<sup>62</sup>, relata que Santa Catarina apresenta uma situação peculiar, segundo ele apesar de ser um estado considerado rico, o esgotamento sanitário é bastante deficitário, em relação à coleta e tratamento, os números são baixos, mesmo comparados com estados mais pobres, apresentando um desenvolvimento abaixo do esperado<sup>63</sup>.

Sobre o indicador anos de estudo, Durlí e Schneider (2013) mostraram que o número de matrículas no Ensino Fundamental, no estado de Santa Catarina concentrou cerca de 2% do total das matrículas do país no ano de 2010, isso representa o menor número de alunos no Ensino Fundamental entre os três estados sulinos (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). No período amostrado (2005 a 2010), o estado logrou redução de 62.370 matrículas, o que representa um índice negativo de -6,62%. As autoras ainda lembram que

<sup>62</sup> O Instituto Trata Brasil é uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Atua desde 2007 trabalhando para que o cidadão seja informado e reivindique a universalização do serviço mais básico, essencial para qualquer nação: o saneamento básico.

<sup>63</sup> Santa Catarina ainda precisa avançar em tratamento de esgoto. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/03/santa-catarina-ainda-precisa-avancar-em-tratamento-de-esgoto-5113043.html>>

apesar da expansão nas condições de acesso ao ensino, a permanência com qualidade na educação pública constitui um dos desafios, se não o maior, das políticas em curso.

O grande acesso à energia elétrica pode estar atrelado ao Programa Luz Para Todos<sup>64</sup>, desde o início do programa, a Celesc Distribuição realizou 60 mil novas ligações no meio rural, destas, cerca de 44 mil foram efetivadas por meio do Programa Luz Para Todos, no período de 2004 a 2011<sup>65</sup>.

O bom resultado na questão da alfabetização, pode estar associado ao Programa Brasil/Santa Catarina Alfabetizada<sup>66</sup>, uma parceria mantida desde 2004, entre a Secretaria de Estado da Educação e o MEC/FNDE, com o objetivo de contribuir para superar o analfabetismo no estado. Santa Catarina está entre os estados com menor taxa de analfabetismo do país, em 2013 liderava<sup>67</sup> o ranking, hoje aparece na segunda colocação<sup>68</sup>.

Seguindo a metodologia AF, além da incidência de pobreza (H), também foram gerados os índices intensidade de pobreza (A) e finalmente a incidência ajustada pela intensidade que seria o  $M_0$  ou Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

A intensidade da pobreza (A) foi de 41,12%, revelando que em média as pessoas são privadas em 41,12% dos indicadores considerados neste estudo. Por fim a incidência (H) ajustada pela intensidade (A) que chamamos de Índice de Pobreza Multidimensional (ou  $M_0$ ) para todo o estado de Santa Catarina foi de 15,21%, isso significa que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações representa 15,21% do máximo possível na amostra em estudo.

Em análise concomitante da incidência da pobreza (H), sua intensidade (A) e o IPM, percebe-se que o componente mais elevado foi a intensidade (A), a qual representa a média ponderada de privações experimentadas pelos pobres (gráfico 2).

---

<sup>64</sup> Em novembro de 2003 foi lançado, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 o Programa Luz para Todos com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. O programa foi estendido até dezembro de 2014.

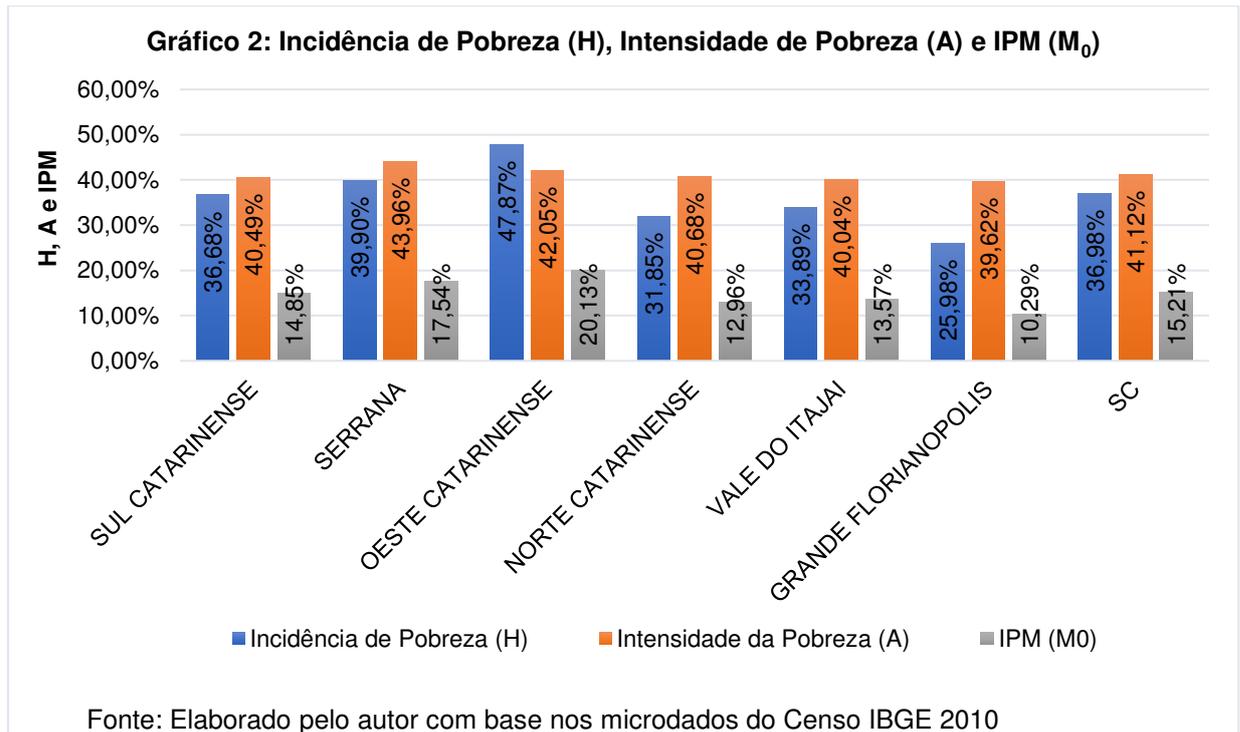
<sup>65</sup> Celesc cumpre meta do Luz Para Todos em Santa Catarina. Disponível em <<http://novoportal.celesc.com.br/portal/index.php/noticias/641-celesc-cumprer-meta-do-luz-para-todos-em-santa-catarina>>

<sup>66</sup> Programa Brasil/Santa Catarina Alfabetizada. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/27207-programa-brasil-santa-catarina-alfabetizada>>

<sup>67</sup> Santa Catarina lidera ranking dos estados com menor taxa de analfabetismo. Disponível em: <<https://sc.gov.br/index.php/mais-sobre-educacao/3029-programa-sc-alfabetizada-contribui-para-a-reducao-do-analfabetismo-no-estado>>

<sup>68</sup> SC tem a segunda menor taxa de analfabetismo do Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/sc-tem-a-segunda-menor-taxa-de-analfabetismo-do-brasil.ghtml>>

Isso confere uma vantagem de utilização dessa medida por permitir analisar a pobreza além da linha de corte, sendo possível perceber que mesmo que duas áreas de estudo possuam o mesmo percentual de população multidimensionalmente pobre, uma sociedade pode sofrer uma média de privações superior à outra, reflexo de uma maior intensidade de pobreza (ALKIRE; SANTOS 2010 apud BARBOSA, 2016, p. 40).



É o que ocorre entre as mesorregiões Oeste e Serrana, enquanto no Oeste a incidência foi de 47,87%, na região Serrana foi de 39,90%, não obstante, a intensidade da pobreza na Serra foi de 43,96%, contra 42,05% do Oeste. Isto mostra que apesar da mesorregião Oeste possuir mais incidência de pobreza, na mesorregião Serrana os pobres padecem de um maior número de privações.

Apenas na mesorregião Oeste a incidência foi maior que a intensidade, nas demais mesorregiões ocorreu o inverso, um menor número de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres, porém, estas foram privadas em um número maior de indicadores. Outro ponto que chama a atenção é que a intensidade da pobreza é muito parecida nas seis mesorregiões, ou seja, aqueles considerados multidimensionalmente pobres estão sofrendo um número de privações semelhantes.

A mesorregião que obteve o maior IPM foi o Oeste Catarinense com 20,13%, seguida pela mesorregião Serrana com 17,54%. A que apresentou o menor índice foi a mesorregião da Grande Florianópolis com 10,29%, a mesorregião Sul ficou com 14,85%, o Vale do Itajaí

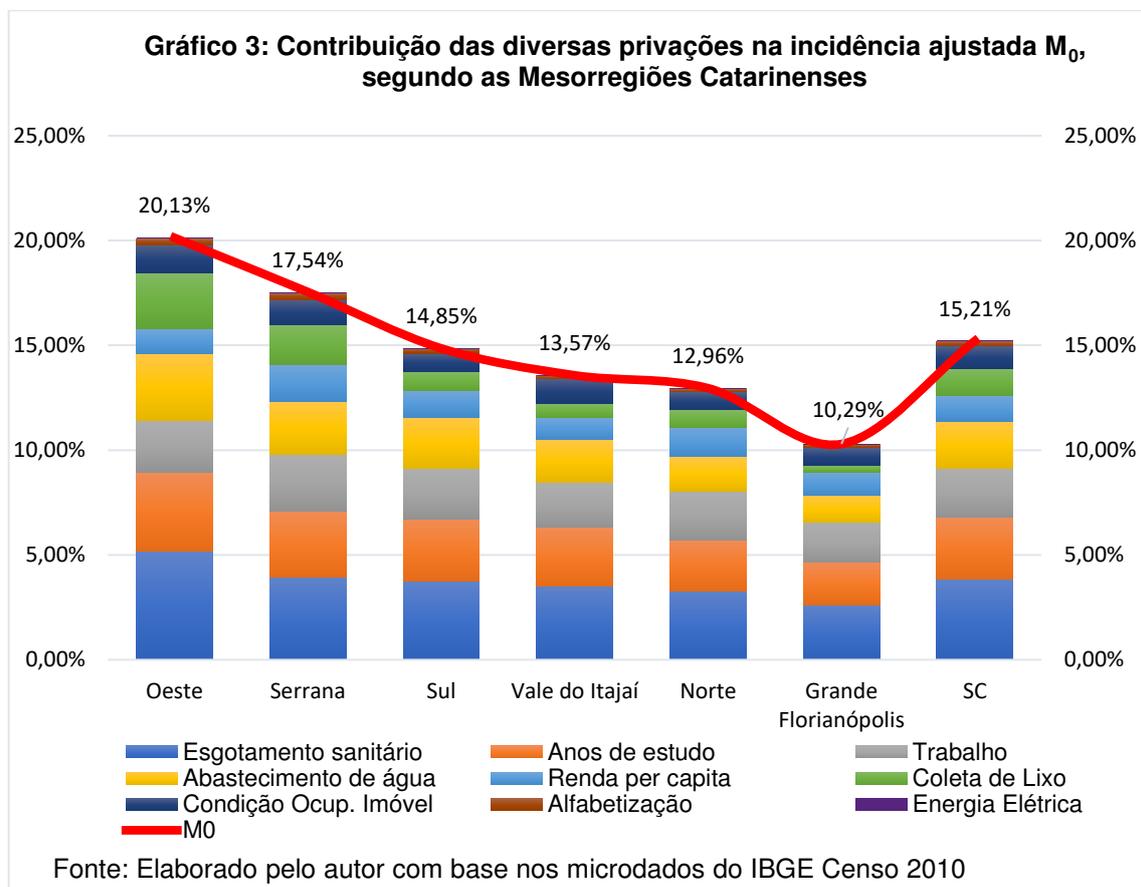
com 13,57% e por fim o Norte Catarinense apresentou um índice de 12,96%, de acordo com os dados da tabela 5.

**Tabela 5: Índice de Pobreza Multidimensional por Mesorregião**

Mesorregião	IPM
Oeste	20,13%
Serrana	17,54%
Sul	14,85%
Vale	13,57%
Norte	12,96%
Grande Florianópolis	10,29%

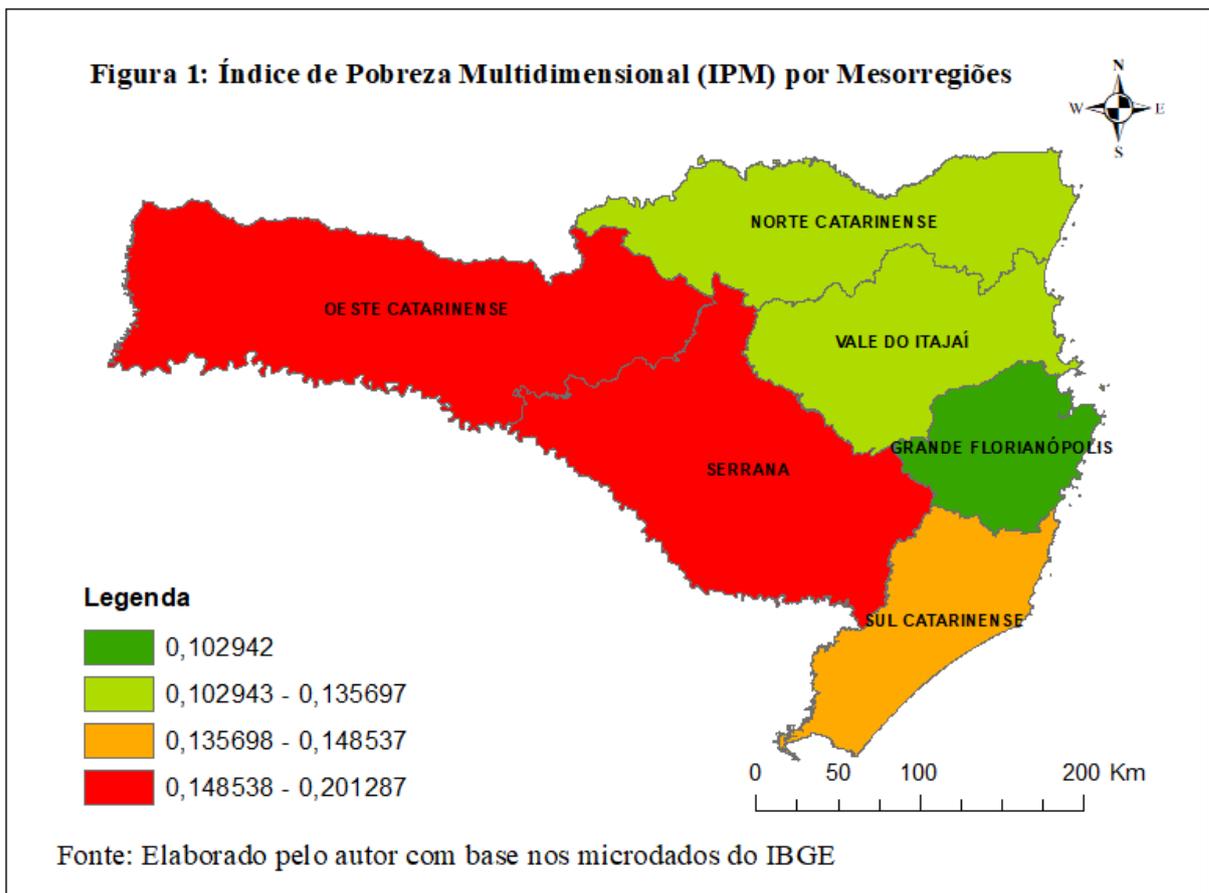
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

Vale lembrar que o índice  $M_0$  (IPM), pode ser decomposto, assim é possível analisar a contribuição de cada indicador para a pobreza geral. O índice parcial intensidade da pobreza (A) pode ser fracionado entre os pobres no indicador  $j$ , resultando em  $A_j$ , que multiplicado por  $H$ , conduz a  $M_{0j}$ . A decomposição do índice de pobreza multidimensional pode ser observada no gráfico 3, abaixo:



A decomposição do índice de pobreza multidimensional nos informa que Santa Catarina precisa evoluir no Saneamento Básico (incluindo esgotamento sanitário e abastecimento de água potável), no ensino e na geração de empregos.

Para entender a liderança da Mesorregião Oeste em relação à pobreza, devemos considerar que esta região esteve envolvida em conflitos territoriais, conforme lembram Neumann e Rodrigues (2015), a região Oeste Catarinense foi palco de disputas territoriais relevantes como a Questão de Palmas (1892-95) e a Guerra do Contestado (1912- 16). A figura 1, abaixo, apresenta o panorama da pobreza nas mesorregiões do estado.



Ruscheinsky (2007) afirma que o problema da terra ainda é presente e remete a importantes traços históricos da efetiva ocupação da região Oeste catarinense, segundo ele por mais que na atualidade a região seja apontada como tendo uma situação agrária estável e distinguindo-se pela relativa distribuição da propriedade fundiária, esta continua a apresentar-se como um espaço onde a questão agrária está na ordem do dia, nos debates, nas reivindicações e nos numerosos conflitos.

No Oeste Catarinense as cidades com os piores índices de pobreza foram Santa Terezinha do Progresso com 40,95%, São Bernardino com 39,31% e Bandeirante com 34,80%, conforme mostra a tabela 6.

**Tabela 6: Maiores índices de pobreza da Mesorregião Oeste**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Santa Terezinha do Progresso	40,95%
São Bernardino	39,31%
Bandeirante	34,80%
Entre Rios	34,50%
Saltinho	33,76%
Novo Horizonte	33,22%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

No município de Santa Terezinha do Progresso a pobreza se reflete principalmente na falta de esgotamento sanitário, toda a população da amostra não tinha acesso à rede geral de esgoto, também aparece no destino do lixo, 79,75% não tinha coleta por serviço de limpeza e em terceiro manifesta-se através da rede geral de abastecimento de água, 74,01% não tinha acesso.

No que tange a educação, a privação se fez presente pelo indicador anos de estudo, nos três municípios mais da metade da amostra foi considerada privada, ou seja, não possuíam mais que o nível fundamental. Em Santa Terezinha do Progresso a proporção foi de 53,90% da população, São Bernardino 54,48% e no município de Bandeirante, 58,62%.

Registre-se que a mesorregião Oeste Catarinense representa o maior polo agroindustrial da América Latina, berço de diversas empresas líderes de mercado como Perdigão, Sadia, Seara e Aurora, porém, Mattei (2011) é elucidativo quando lembra do elevado grau de concentração da riqueza produzida em um espaço geográfico restrito, no caso da região Oeste, apenas três municípios Joaçaba, Chapecó e Concórdia respondem por grande parte do agregado regional.

Espera-se, portanto, que estes municípios figurem entre aqueles onde o índice foi menor, a tabela 7, a seguir, apresenta os menores índices da Mesorregião Oeste.

**Tabela 7: Menores índices de pobreza Mesorregião Oeste**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Joaçaba	8,96%
Videira	11,06%
Chapecó	11,28%
Herval d'Oeste	11,44%
São Miguel do Oeste	12,50%
Concórdia	12,51%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

O município de Joaçaba obteve o menor índice, 8,96%, este resultado foi influenciado pelo acesso à energia elétrica, toda população amostrada tinha acesso no domicílio, pela alfabetização que apresentou apenas 1,15% de privação e pelo destino do lixo com 4,82%.

O destino do lixo que foi um indicador significativo para os municípios com maior índice de pobreza multidimensional na mesorregião oeste – em Santa Terezinha do Progresso 79,75% do lixo não era coletado por serviço de limpeza, em São Bernardino 68,64% e em Bandeirante 67,17% – em Joaçaba um dos municípios polo, este indicador não chegou a 5%.

Segundo Cerdan e Policarpo (2013 apud Deschamps e Delgado, 2014), as últimas décadas foram marcadas por um processo de concentração de renda e terras, conduzindo progressivamente a incorporação de produtores rurais como integrados de grandes empresas agroindustriais, estimulados por políticas governamentais, que privilegiam perfis produtivos de interesse direto de grandes grupos hegemônicos. O resultado desse processo também se faz sentir no baixo crescimento da maioria dos municípios das mesorregiões Oeste Catarinense e Serrana.

A mesorregião Serrana que teve o segundo pior índice de pobreza, também se caracteriza pela concentração de terra e riqueza. É neste território que ocorre a aglomeração da indústria de celulose e papel, as fábricas da Klabin e Kimberly-Clark estão instaladas nos municípios de Otacílio Costa e Correia Pinto.

Sartori e Magnanti (2011) destacam que o processo de ocupação das terras determinou a atual estrutura fundiária da região, de um total de 14.883 estabelecimentos agropecuários, 11.030 (74,1%) são familiares e ocupam apenas 223.394 hectares, ao passo que 3.853 (25,9%) são patronais e ocupam 929.134 hectares.

A tabela 8 apresenta os municípios com os piores índices de pobreza da mesorregião Serrana.

**Tabela 8: Maiores índices de pobreza Mesorregião Serrana**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
São José do Cerrito	40,37%
Vargem	38,35%
Cerro Negro	36,95%
Bocaina do Sul	34,39%
Painel	32,92%
Frei Rogério	32,66%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

São José do Cerrito obteve o mais elevado índice de pobreza da mesorregião Serrana, com um IPM de 40,37%. Neste município, 97,86% da população amostrada não possuía acesso à rede de esgoto, 75,47% não tinha acesso à rede geral de abastecimento de água e 71,67% não dispunha de coleta de lixo por serviço de limpeza.

Cerro Negro aparece em terceiro com um IPM de 36,95%, vale lembrar que entre os últimos municípios do ranking estadual de IDHM<sup>69</sup>, seis estiveram envolvidos na Guerra do Contestado e Cerro Negro com 0,621 (IBGE, 2010) é um deles.

Mattei (2011) destaca que dentro de cada mesorregião o processo produtivo é comandado por um pequeno número de municípios que se transformam em polos de desenvolvimento regional, esse comportamento acaba gerando um nível elevado de concentração de recursos em poucas cidades, processo este que conduz a um aumento das disparidades locais, na região Serrana, por exemplo, a cidade de Lages monopoliza grande parte da produção agregada. A tabela 9 apresenta os menores índices de pobreza da mesorregião Serrana.

**Tabela 9: Menores índices de pobreza Mesorregião Serrana**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Lages	8,19%
Otacílio Costa	11,36%
Santa Cecília	12,68%
Campos Novos	13,36%
Curitibanos	13,76%
Ponte Alta do Norte	13,90%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

<sup>69</sup> Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

A cidade de Lages além de ser o centro de gravidade da atividade econômica da mesorregião Serrana, é a cidade que apresenta o menor IPM, 8,19%. O que chama atenção em Lages foi o elevado percentual de pessoas com menos de sete anos de estudo, o indicador apontou para 32,58% de privação, além do indicador emprego com 31,52%. As privações não foram muito elevadas no abastecimento de água, na alfabetização e no destino do lixo, estes representaram privações no percentual de 3,99%, 2,06% e 1,84%, respectivamente.

Um estudo orientado por Simioni et al. (2018) entrevistou pessoas residentes em Lages que foram questionadas se aceitariam contribuir financeiramente para a preservação da Coxilha Rica<sup>70</sup>, de acordo com o perfil dos entrevistados, poucos possuíam formação escolar completa, ou seja, uma parcela significativa dos entrevistados apresentou baixo nível de escolaridade. Isto de certa forma reforça o resultado obtido neste estudo.

Em relação ao indicador emprego que revelou um considerável número de privações, de acordo com o Boletim Regional do Mercado de Trabalho Catarinense da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, quanto à proporção de pessoas desempregadas, em 2010, os desocupados correspondiam a 5,5% da população economicamente ativa na mesorregião Serrana, acima da média estadual registrada em 3,8% para o ano. Mesmo que contando com uma alta incidência de atividades agrícolas, em que a desocupação tende a ser menor, a região Serrana apresenta a maior proporção de desempregados dentre todas as mesorregiões catarinenses<sup>71</sup>.

No outro extremo, temos as mesorregiões que apresentaram os menores índices do estado, dentre elas a Grande Florianópolis, com IPM de 10,29%. Nesta mesorregião, Florianópolis e sua vizinha São José, apresentaram IPM de 6,09% e 5,93%, respectivamente, praticamente um empate técnico que pode ser apreciado na tabela 10.

**Tabela 10: Menores índices de pobreza Mesorregião Grande Florianópolis**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
São José	5,93%
Florianópolis	6,09%
Tijucas	8,71%
Palhoça	9,34%
Santo Amaro da Imperatriz	9,79%
São João Batista	10,33%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

<sup>70</sup> Coxilha Rica é uma região localizada na zona rural do município de Lages/SC.

<sup>71</sup> Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Sistema Nacional de Emprego. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos/197-boletim-regional-serrana2013-1/file>>

Em Florianópolis, a pobreza pouco se refletiu no indicador abastecimento de água, apenas 6,98% não possuíam acesso à rede geral, a alfabetização privou pouco mais de 1,01% da população, o destino do lixo atingiu 0,14% e o acesso à energia elétrica ficou com 0,04% de privação. Em contrapartida o esgotamento sanitário privou 48,46% da população, o indicador emprego apareceu com 29,83% e a condição de ocupação com 23,63%.

Observa-se, portanto, que Florianópolis, tão enaltecida em propagandas do governo e da mídia, que noticiam a cidade associada aos seus atrativos naturais, padece de infraestrutura básica como rede geral de esgoto, quase metade da amostra em estudo foi privada neste indicador.

Esse discurso entre o real da cidade e o propagado parece andar em descompasso diante das imagens que circulam reforçando apenas as “belezas naturais”, ou seja, as praias, o mar e a vegetação presentes na ilha, inviabilizando os problemas sociais existentes (MOSER, 2015, p. 140).

A questão do saneamento básico conforme já abordado neste trabalho é precária em Santa Catarina, de acordo com o ranking do saneamento básico das 100 maiores cidades do Brasil, Florianópolis aparece apenas na 58ª colocação<sup>72</sup>.

Quanto à situação empregatícia, a conclusão pode ser que a situação está diretamente relacionada a pouca escolaridade, o indicador anos de estudo apontou que 18,34% da população não tinha mais que 7 anos de estudo. No processo de litoralização, também já discutido, a procedência das famílias geralmente é do interior do estado, que vem em busca de um futuro melhor na capital, porém, sem qualificação. Considerando o crescimento de áreas de tecnologia da informação em Florianópolis, a qualificação profissional é um pré-requisito indispensável para obtenção de emprego.

Outro ponto lembrado por Mattei et al. (2012) é que Florianópolis guarda diferenças significativas em relação ao restante do estado, especialmente pela forte presença da administração pública. No que tange ao indicador condição de ocupação, 23,63% da amostra não tinha imóvel próprio, isto parece estar relacionado à valorização do metro quadrado em Florianópolis<sup>73</sup>, que é um dos mais caros do país<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> Trata Brasil, Ranking do Saneamento 2018. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/component/estudos/itb/ranking-do-saneamento-2018>>

<sup>73</sup> Índice DMI-VivaReal aponta Curitiba e Florianópolis como capitais com maior alta no valor do m<sup>2</sup> para compra de imóvel. Disponível em: <<https://img-empresa.vivareal.com.br/empresa/wp-content/uploads/2015/03/ndice-DMI-VivaReal-aponta-Curitiba-e-Florian%C3%B3polis-como-capitais-com-maior-alta-no-valor-do-m%C2%B2-para-compra-de-im%C3%B3vel.pdf>>

<sup>74</sup> Florianópolis é a sexta Capital com metro quadrado mais caro do país. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/07/florianopolis-e-a-sexta-capital-com-metro-quadrado-mais-carro-do-pais-9846594.html>>

Em situação delicada na mesorregião da Grande Florianópolis, encontramos os municípios de Leoberto Leal com IPM de 38,30%, Alfredo Wagner com 34,53% e Angelina com 30,63%. Tratam-se de municípios de base agrícola, isto mostra a necessidade do enfrentamento da pobreza rural, a tabela 11, apresenta os maiores índices de pobreza.

**Tabela 11: Maiores índices de pobreza Mesorregião Grande Florianópolis**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Leoberto Leal	38,30%
Alfredo Wagner	34,53%
Angelina	30,63%
São Bonifácio	26,11%
Major Gercino	24,01%
Anitápolis	23,86%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

Em Leoberto Leal 99,33% da amostra não tinha acesso à rede geral de esgoto, 78,37% não tinha acesso à rede geral de abastecimento de água, 65,33% não dispunha de coleta de lixo por companhia de limpeza, 59,98% não possuía mais de 7 anos de estudo, 17,95% não ganhavam mais de R\$ 140,00 por mês.

Passando para mesorregião do Norte Catarinense, que apresentou um IPM de 12,96%, quanto aos aspectos econômicos, se destaca como uma das regiões mais ricas do estado, em 2010 (data dos dados deste estudo) o seu PIB atingiu mais de R\$ 37 bilhões<sup>75</sup>, sendo equivalente a 24,7% do total do PIB catarinense para o mesmo ano.

Porém, teve 75,72% de sua população privada no indicador esgotamento sanitário, 33,13% no indicador anos de estudo e 27,53% disseram não estar trabalhando na semana de referência do Censo 2010. Dentre os municípios que compõe a mesorregião Norte, os índices mais elevados de pobreza são apresentados na tabela 12, a seguir:

<sup>75</sup> Boletim Regional do Mercado de Trabalho Catarinense nº 2. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos/195-boletim-regional-norte2013-1/file>>

**Tabela 12: Maiores índices de pobreza Mesorregião Norte**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Bela Vista do Toldo	41,05%
Santa Terezinha	38,57%
Major Vieira	31,11%
Irineópolis	26,85%
Itaiópolis	26,61%
Monte Castelo	25,45%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

Em Bela Vista do Toldo, 99,88% não possuíam acesso à rede geral de esgoto, 89,38% não tinham acesso à água encanada, 77,10% estavam privados na coleta de lixo e mais de 50% da amostra disse não ter mais que 7 anos de estudo.

Não podemos esquecer que a cidade fica na Região do Contestado, que segundo Ludka (2016) constitui-se de pequenas cidades, caracterizadas como uma região com sérios problemas no âmbito das questões políticas, econômicas, sociais e culturais. O IPM é mais um indicador que revela essa triste realidade.

Na outra ponta, tabela 13, encontramos os municípios com os menores índices da mesorregião, Em Jaraguá do Sul, praticamente toda cidade tem coleta de lixo por companhia de limpeza, apenas 0,53% afirmaram não ter, 9,21% ganhavam menos de R\$ 140,00, e apenas 0,78% não eram alfabetizados.

**Tabela 13: Menores índices da Mesorregião Norte**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Jaraguá do Sul	6,81%
Joinville	7,26%
São Bento do Sul	9,51%
Rio Negrinho	11,22%
Schroeder	11,54%
Garuva	12,90%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

Em Joinville, a maior e mais industrializada cidade do estado, berço de empresas como Fundação Tupy, Döhler e Grupo Tigre, 65,99% das pessoas entrevistadas pelo Censo 2010, disseram não possuir acesso à rede geral de esgoto, 25,36% estavam desempregados na semana de referência, 24,75% não tinham mais que 7 anos de estudo. Em compensação mais de 99% dispunham de coleta de lixo por serviço de limpeza, apenas 0,13% disseram não saber

ler nem escrever e 94% tinham acesso à rede geral de abastecimento de água. Apesar de ser umas das cidades com menor índice de pobreza multidimensional da região, diante dos números parece exagero comparar Joinville à Manchester (Inglaterra)<sup>76</sup>.

Em situação intermediária em relação ao IPM encontramos as mesorregiões do Vale do Itajaí e o Sul Catarinense, com IPM de 13,57% e 14,85% respectivamente. O Vale do Itajaí apesar de ter uma economia diversificada, ainda se caracteriza por ser o polo têxtil do estado.

No diversificado mosaico sócio produtivo que compõe o estado de Santa Catarina, a produção têxtil-vestuarista do Vale do Itajaí perfila-se entre os integrantes de maior visibilidade (CARIO, 2008, p. 336).

É berço de diversas empresas como Cia. Hering (Blumenau), Karsten (Blumenau), Renaux (Brusque), Buettner (Brusque), além da Cremer, Teka, Artex e Altenburg, todas em Blumenau. Mais recentemente, adentram ao cenário têxtil-vestuarista empresas como Dudalina (Blumenau) e Brandili Têxtil (Apiúna).

Mesmo com todo este potencial econômico, a mesorregião do Vale ficou com um IPM de 13,57%, alavancado principalmente pela proporção de privação no indicador esgotamento sanitário, que foi de 77,76%, e pelo indicador anos de estudo, que privou 38,51% da população. Os piores índices de pobreza entre os municípios do Vale são apresentados na tabela 14, a seguir:

**Tabela 14: Maiores índices de pobreza Mesorregião Vale do Itajaí**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Chapadão do Lageado	37,28%
Aurora	31,75%
Mirim Doce	31,53%
Vitor Meireles	30,97%
Vidal Ramos	29,93%
Imbuia	28,17%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

O Governo, através da Secretaria de Planejamento, na busca de alternativas para estimular as regiões com baixos indicadores de desenvolvimento, lançou o Crescendo Juntos<sup>77</sup>, a ideia é desenvolver um indicador para avaliar os municípios com necessidades de

<sup>76</sup> Joinville também é conhecida como a Manchester Catarinense, por conta de seu grande parque industrial.

<sup>77</sup> Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais, instituído pelo Governo do Estado em maio de 2016, com a finalidade de articular, coordenar, orientar e estimular o processo de planejamento e de organização de ações, centrado na redução das desigualdades regionais.

investimento. Neste levantamento, Chapadão do Lageado, Aurora, Mirim Doce, Vidal Ramos e Imbuia também foram classificados pelo Governo como sendo menos desenvolvidos.

Dentre os resultados esperados pelo programa estão a erradicação da extrema pobreza e o fomento ao crescimento e geração de riquezas<sup>78</sup>, a proposta deste estudo é justamente apresentar uma visão mais ampla, em Chapadão do Lageado, por exemplo, a parcela da população amostrada que ganhava menos de R\$ 140,00 mensais foi de 19,60%, dentre os nove indicadores este foi o antepenúltimo.

Em contrapartida, a privação em esgotamento sanitário foi de 98,30%, a privação no acesso à rede geral de abastecimento de água foi de 92,55%, a privação no destino do lixo foi de 51,76%, a privação em anos de estudo foi de 50,20%. Logo, se o crescimento e a geração de riquezas, conforme deseja o governo, não vierem acompanhados de uma infraestrutura básica, as pessoas irão continuar em situação de pobreza.

Entre os municípios menos pobres encontramos Balneário Camboriú com um IPM de 4,84%, Itajaí com 7,83% e Blumenau com 7,97%, a tabela 15 apresenta os seis menores índices de pobreza da mesorregião do Vale.

**Tabela 15: Menores índices da Mesorregião Vale do Itajaí**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Balneário Camboriú	4,84%
Itajaí	7,83%
Blumenau	7,97%
Indaial	8,55%
Brusque	9,17%
Itapema	9,51%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

Balneário Camboriú foi o município com o menor IPM não só da mesorregião do Vale como de todo o estado, praticamente todos tem acesso à coleta de lixo por serviço de limpeza, apenas 0,03% disseram não ter, 95% disseram possuir abastecimento de água via rede geral, 24,16% da população amostrada relatou não ter acesso à esgotamento sanitário e 20,92% não possuía mais de 7 anos de estudo.

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/58-acao-18-programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais#faqnoanchor>>

Maior parte das privações em Balneário Camboriú foi proveniente da condição de ocupação, responsável por 42,53%, o motivo parece ser o mesmo apontado para Florianópolis, a cidade tem o metro quadrado mais caro de Santa Catarina e um dos mais caros do país<sup>79</sup>.

Por fim, temos a mesorregião Sul, composta por 44 municípios agrupados em três microrregiões, Araranguá, Criciúma e Tubarão. Santa Catarina é uma potência no setor cerâmico e é justamente no Sul do estado onde encontramos o grande polo deste setor econômico.

O arranjo produtivo de cerâmica de revestimento da região Sul de Santa Catarina, constituído de médias e grandes empresas, figura-se como uma das principais aglomerações territoriais produtivas de cerâmica do país (CARIO, 2008, p. 150).

No entanto, toda esta robustez parece não estar sendo traduzida da melhor maneira possível, no indicador emprego, o Sul só não foi mais privado do que a mesorregião Serrana, 28,88% da amostra relatou não estar exercendo atividade remunerada na semana de referência. Relativo ao indicador anos de estudo, o Sul conseguiu ser melhor apenas do que as mesorregiões Oeste e Serrana, 40,21% da população foi considerada privada, ou seja, não possuíam mais que 7 anos de estudo. Abaixo, na tabela 16, apresentamos os maiores índices de pobreza entre os municípios desta mesorregião:

**Tabela 16: Maiores índices de pobreza Mesorregião Sul**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Imaruí	28,09%
Morro Grande	26,52%
São João do Sul	25,02%
Pedras Grandes	24,98%
Treze de Maio	24,80%
Ermo	24,71%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

No município de Imaruí, que apresentou um IPM de 28,09%, a população que não possuía acesso à rede geral de esgoto chegou a 95,73%, os indivíduos que não possuíam mais do que o nível fundamental, somaram 56,38%. Já o percentual de pessoas que estavam desempregadas na semana de referência atingiu 43,67%. Relativo à coleta de lixo por companhia de limpeza, 42,34% foram privados.

<sup>79</sup> Balneário Camboriú ultrapassa São Paulo com o segundo metro quadrado mais caro do Brasil. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/balneario-camboriu-ultrapassa-sao-paulo-com-o-segundo-metro-quadrado-mais-caro-do-brasil/>>

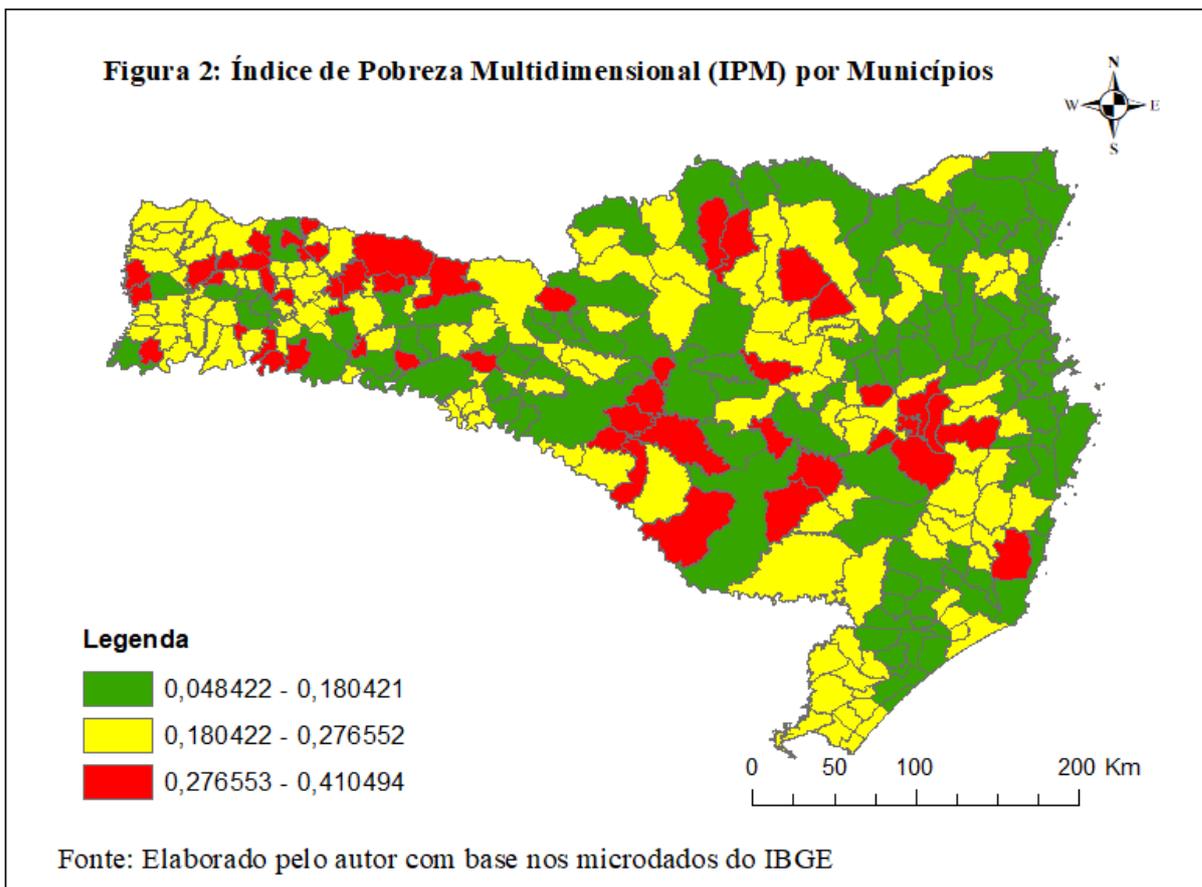
No outro extremo encontramos os municípios com os menores índices de pobreza, que podem ser observados na tabela 17, mesmo a cidade de Criciúma, excelência na produção de cerâmica de revestimentos, responsável pela geração de empregos diretos, apresentou 26,72% de privação no indicador emprego.

**Tabela 17: Menores índices de pobreza Mesorregião Sul**

<b>Município</b>	<b>IPM</b>
Criciúma	6,06%
Tubarão	8,77%
Cocal do Sul	8,93%
Capivari de Baixo	8,95%
São Ludgero	9,99%
Braço do Norte	11,38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados IBGE

Ainda em Criciúma, 38,13% das pessoas disseram não ter acesso à rede geral de esgoto e 31,14% relataram não possuir mais de 7 anos de estudo. Apenas 0,57% disseram não ter o lixo coletado por serviço de limpeza e 1,38% informaram que não sabiam ler e escrever. O mapa da figura 2 apresenta o panorama da pobreza multidimensional por municípios.



Nota-se que na faixa verde escura, IPM entre 4,84% e 18,04%, está mais concentrada no litoral, ao passo que as cores amarelas e vermelhas, que indicam uma ocorrência maior de pobreza, se encontram no oeste, serra e planalto norte.

A vantagem deste método reside justamente nesta possibilidade de identificação, não só das dimensões e indicadores nos quais as mesorregiões são privadas, como também o nível de privação nos municípios que as compõe, a flexibilidade de agregação e desagregação torna a análise mais apurada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certos temas são negligenciados em nossa sociedade, a pobreza, por exemplo, muitas vezes é reduzida a um problema trivial, o mundo é naturalmente formado por ricos e pobres, como consequência certos problemas não são questionados.

A adoção de uma análise multidimensional da pobreza é fecunda porque permite compreender melhor o problema, considerar uma gama maior de dimensões e indicadores viabiliza o planejamento de políticas sociais orientadas para população mais necessitada. Este estudo buscou justamente refletir sobre a importância de evoluir de uma análise inerentemente unidimensional para uma concepção mais ampla.

Foi a Abordagem das Necessidades Básicas uma das primeiras a questionar as teorias que afirmavam que o crescimento econômico era condição suficiente para eliminação da pobreza, tal crítica abriu caminho para outras formas de avaliar a pobreza, com um olhar para educação, saúde, habitação, trabalho, entre outros.

Santa Catarina de fato quando a análise está centrada na pobreza monetária ela se destaca, o IBGE (2017) em seu documento Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017<sup>80</sup>, mostrou Santa Catarina com o menor percentual (9,4%) do país, de pessoas vivendo com menos de 5,5 dólares por dia. No entanto, no mesmo estudo, eles reconhecem a importância da multidimensionalidade da pobreza, nos indicadores restrições de acesso ao saneamento básico e acesso à educação, Santa Catarina não obteve o mesmo desempenho quando comparado à renda.

Este trabalho também concluiu que o esgotamento sanitário (em primeiro lugar) e os anos de estudo (em segundo lugar) estão longe de ser considerados ideais, incluímos também o emprego, que ficou em terceiro lugar nas privações. Parece que ainda estamos distantes de atingir um nível adequado de qualidade de vida, para sermos considerados um estado com desenvolvimento semelhante aos países centrais, que de fato nos permita utilizar a alcunha de Vale Europeu.

Por saneamento entendemos como o conjunto de medidas que tem por objetivo prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida das pessoas, logo, dispor de um sistema de saneamento básico é um dos pré-requisitos para uma região ser considerada desenvolvida.

---

<sup>80</sup> A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2012 a 2016. Estudo disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>

Na mesorregião da Grande Florianópolis a privação no indicador esgotamento sanitário foi de 65,5%, a capital do estado, por exemplo, muitas vezes apelidada de Ibiza ou St. Tropez<sup>81</sup>, teve 48,46% da população amostrada, privada neste indicador. O mesmo ocorrendo na mesorregião Norte, que apresentou 75,72% de privação, vale lembrar que é nesta mesorregião que encontramos a cidade mais populosa do estado e polo industrial, Joinville, que teve seu indicador com 66% de privações.

O indicador anos de estudo para Santa Catarina, também salta aos olhos, 38,63% da amostra disse não ter mais de sete anos de estudo, a mesorregião que obteve a pior proporção de privação foi o Oeste Catarinense com 44,1%, seguido pela mesorregião Serrana com 43,37%. Fica a pergunta, como vai ser possível fixar a população no campo, evitando os problemas do êxodo rural e da litoralização desta forma? As perspectivas não são animadoras para a população, conduzindo principalmente os jovens a migrarem para polos com melhores oportunidades.

É bem possível que um indicador possa ter impacto em outros, o elevado contingente de pessoas com pouca escolaridade reflete no indicador emprego, Santa Catarina no indicador emprego, apresentou 27,15% de pessoas privadas, ou seja, não estavam trabalhando na semana de referência do Censo IBGE 2010. Mesmo os números sendo de 2010, não é difícil achar estudos da época que aludem ao problema da falta mão-de-obra qualificada, o IPEA (2010) publicou um estudo onde mostrava que a expectativa de escassez de mão-de-obra qualificada em Santa Catarina poderia atingir 13.300 postos de trabalho<sup>82</sup>.

Considerando esta exposição é possível retomar o problema de pesquisa proposto neste trabalho: a partir de um olhar multidimensional com base na Abordagem das Necessidade Básicas é possível identificar as mesorregiões mais pobres de Santa Catarina e se o estado realmente opera um crescimento com pouca pobreza?

---

<sup>81</sup> O jornal The New York Times publica anualmente a listagem dos melhores destinos do mundo que recomenda para as camadas sociais mais ricas e privilegiadas. No início de 2009, novamente o jornal abalizou 44 destinos que considerou os mais charmosos ou mais interessantes. Surpreendentemente, a única cidade da América do Sul citada na listagem não foi Punta Del Leste, mas Florianópolis, considerada pelo jornal como o local onde ocorreriam as festas “mais quentes”, nos “estilosos bares de praia” ou nos megaclubs. Entre as qualidades descritas na reportagem, comenta-se que Florianópolis seria “uma mistura de Saint-Tropez com Ibiza, mas sem o esnobismo da primeira e os altos preços da segunda” (SUGAI, 2009, p. 163).

<sup>82</sup> Ver Comunicado Ipea nº 41, abril de 2010, p. 13.

Os índices obtidos neste estudo, revelaram as disparidades regionais, mostrando que é na mesorregião Oeste e Serrana onde o problema é maior, portanto, aprofundar o debate acerca deste tema é fundamental. Existe uma significativa parcela da população rural empobrecida de diversas formas e que em decorrência desta situação deveriam constituir-se no público prioritário de políticas sociais.

O estudo forneceu ainda, pistas importantes que possibilitam concluir que existem problemas sociais no estado, mesmo diante de uma economia pujante e diversificada, o crescimento apresentado por Santa Catarina não está atingindo toda sua população. É necessário pôr em prática planos de ação que auxiliem este contingente de pessoas pobres, a superarem sua condição de pobreza.

Tanto este estudo, como diversos outros direcionados para multidimensionalidade da pobreza, abrem caminho para análises futuras, realizar pesquisas de acompanhamento da pobreza multidimensional é fundamental para nortear as políticas públicas da região.

É difícil definir o que, de fato, seria capaz de modificar a dinâmica socioeconômica de Santa Catarina, no entanto, é possível concluir que o método AF revelou a pobreza por um enfoque mais amplo, descolado da visão inerentemente monetária, admitir a pobreza como fenômeno multifacetado conduz para o entendimento de que as pessoas sofrem privações nas mais diversas esferas da vida.

## REFERÊNCIAS

- ALKIRE, Sabina, SANTOS, Maria Emma. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. OPHI, 2010. Working paper n° 38. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp38.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2018.
- ALKIRE, Sabina. **Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty**. Munich Personal RePEc Archive (MPRA), n. 8862, 2008.
- ALKIRE, Sabina. **Is the Multidimensional Poverty Index robust to different weights?** Oxford Poverty & Human Development Initiative. 2010. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-RP-22a.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty. In: BRAUN, J. et al. **The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions**. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009, p. 77-90.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of public economics**, v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Recuento y medición multidimensional de la pobreza. **Documento de trabajo OPHI**, v. 7, 2007.
- ALKIRE, Sabina; JAHAN, Selim. **Assessing multidimensional poverty – one index at the global level**. United Nations Development Programme, Human Development Reports. February 2018. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/assessing-multidimensional-poverty-%E2%80%93-one-index-global-level>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. A multidimensional approach: poverty measurement & beyond. **Social indicators research**, v. 112, n. 2, p. 239-257, 2013.
- ALKIRE, Sabina; SETH, Suman. **Multidimensional Poverty and BPL measures in India: A comparison of methods** – Working Paper No. 15, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford University 2009.
- ANDRADE, Regis de Castro. Política e pobreza no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 19, p. 107-122, 1989.
- ASSELIN, L.M. **Composite Indicator of Multidimensional Poverty**. CECI, junho 2002.
- ATLAS, do desenvolvimento humano no Brasil. Ranking-Santa Catarina (2010). Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- AVILA et al. Território Oculto: o escondimento da pobreza em Blumenau. **In Anais do II Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento (p. 1-20)**. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Pública - PPGPGP. Disponível em: <<http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2014/706.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- BARBOSA, Camilla Rusciolelli. **Pobreza rural sob a ótica multidimensional e estrutura fundiária: uma análise do Estado da Bahia**. 2016. 151f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez editora, 2009. 213p.

BENNO ASSEBURG, Hans; GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 3, 2007.

BOEING, Patricia. **Êxodo rural em Santa Catarina**: a evolução da agricultura e os movimentos migratórios 1975-1995. 1996. 45f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BOURGUIGNON, François; CHAKRAVARTY, Satya R. The measurement of multidimensional poverty. **The Journal of Economic Inequality**, v. 1, n. 1, p. 25-49, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 13 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

BRASIL. **Lei nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRITES, Maríndia et al. Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF) 1. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 81, 2017.

CARIO, Sílvio AF (Org.). **Economia de Santa Catarina**: inserção industrial e dinâmica competitiva. Blumenau: Nova Letra, 2008. 584p.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro – a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: INTERTEXTO, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.

CELESC, notícias. **Celesc cumpre meta do Luz Para Todos em Santa Catarina**. Julho, 2011. Disponível em: <<http://novoportal.celesc.com.br/portal/index.php/noticias/641-celesc-cumprer-meta-do-luz-para-todos-em-santa-catarina>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Centro de Informação das Nações Unidas Rio de Janeiro. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC Rio 005. Agosto, 2009.

CERDAN, Claire M. T.; POLICARPO. Sinergias e conflitos entre dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral do estado de Santa Catarina. INTERthesis – **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** – PPGICH. Vol. 10 , nº 2. Florianópolis: UFSC, 2013.

COBO, Barbara; ATHIAS, Leonardo; MATTOS, Gilson G. A Multidimensionalidade da Pobreza a partir da Efetivação de Direitos Sociais Fundamentais: Uma proposta de análise. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 8, p. 4-32, Brasília 2014.

- CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão n. 1332).
- CORAZZA, Gentil. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, ano, v. 3, p. 1-16, 2005.
- COUNCIL Decision 85/8/EEC of 19 December 1984 on Specific Community Action to Combat Poverty, Official Journal. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/1985/8/oj>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- CRAICE, Carla; PEZZO, Thiago. A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós-1991. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 4, n. 7, p. 38-54, 2015.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.
- DA NATIVIDADE, Michelle Regina; CHALFIN COUTINHO, Maria. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, 2012.
- DA SILVA FERREIRA, Taís Regina; MARIN, Solange Regina. Pobreza multidimensional feminina: Uma aplicação do método Alkire Foster (AF) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. Pesquisa & Debate. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**. ISSN 1806-9029, v. 27, n. 1 (49), 2016.
- DA SILVA, Andréa Ferreira et al. Análise Da Pobreza Multidimensional No Brasil. In: **Anais do XLII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 42nd Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2016.
- DA SILVA, Andréa Ferreira; DE SOUSA, Janaildo Soares; ARAUJO, Jair Andrade. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p. 219-239, 2017.
- DA SILVA, Maicon Cláudio; MATTEI, Lauro Francisco. Breves notas sobre a demografia na região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 2, n. 3, p. 89-101, 2013.
- DATAZOOM. Departamento de economia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/censoMicro.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- DE BARROS, Ricardo Paes; CAMARGO, José Márcio. As causas da pobreza no Brasil: Porca Miséria! In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (orgs). **Mulher e relações de gênero**. Edições Loyola, 1994.
- DE LIMA, Claudia Henschel. A ética no século XXI e a gênese do sujeito neoliberal. **Lacan XXI Revista Fapol Online**, v. 5, p. 38-44, maio 2018.
- DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1998. 125p.
- DEMO, Pedro. **Combate à Pobreza: Desenvolvimento Como Oportunidade**. 1. ed. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1996. 212p.

DEPARTAMENTO Nacional de Planeación. **Panorámica Regional. Pobreza monetaria y multidimensional departamental:** necesidad de políticas públicas diferenciadas. 3 edición, Abril, 2017. Disponível em: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Publicaciones/Publicaci%C3%B3n%20Ipm%20deptal.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DESCHAMPS, Marley Vanice; DELGADO, Paulo Roberto. Santa Catarina no Contexto Migratório Nacional: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. **Anais**, p. 1-20, 2016.

DIÁRIO, Catarinense. **Florianópolis é a sexta Capital com metro quadrado mais caro do país.** Julho, 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/07/florianopolis-e-a-sexta-capital-com-metro-quadrado-mais-car-do-pais-9846594.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DURLI, Zenilde; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Ensino fundamental de nove anos: uma análise do processo de transição na região sul. **Educação em Foco**, v. 16, n. 21, p. 147-178, 2013.

EXAME. **Balneário Camboriú ultrapassa São Paulo com o segundo metro quadrado mais caro do Brasil.** Agosto, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/balneario-camboriu-ultrapassa-sao-paulo-com-o-segundo-metro-quadrado-mais-car-do-brasil/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016.

FERREIRA, Francisco H.G; LUGO, Maria Ana. Multidimensional poverty analysis: Looking for a middle ground. **The World Bank Research Observer**, v. 28, n. 2, p. 220-235, 2013.

FREITAS, Maria do Carmo. **Pobreza e exclusão social.** 2010. Fontes de Informação Sociológica. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

G1, Santa Catarina. **SC tem a segunda menor taxa de analfabetismo do Brasil.** Maio, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/sc-tem-a-segunda-menor-taxa-de-analfabetismo-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GIACOMELLI, Giana Silva. **Da economia tradicional do bem-estar à importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano.** 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Teresinha Maria. Meio ambiente e a questão urbana. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 9, p. 117-121, jan./jun 2004. Editora UFPR.

GOVERNO, de Santa Catarina. **Santa Catarina lidera ranking dos estados com menor taxa de analfabetismo.** Setembro 2013. Disponível em: <<https://sc.gov.br/index.php/mais-sobre-educacao/3029-programa-sc-alfabetizada-contribui-para-a-reducao-do-analfabetismo-no-estado>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GOVERNO, de Santa Catarina. **Santa Catarina tem crescimento do PIB acima da média nacional**. Dezembro 2017. Disponível em:

<<http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/desenvolvimento-economico/santa-catarina-tem-crescimento-do-pib-acima-da-media-nacional>>. Acesso em 19 jun. 2018.

GRUSKY, David B.; KANBUR, SM Ravi. **Poverty and inequality**. Stanford University Press, 2006.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. **Científic@-Multidisciplinary Journal**, v. 3, n. 1, p. 74-89, 2016.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em : <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261914>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IBGE. Microdados Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra/resultados\\_gerais\\_amostra\\_tab\\_uf\\_microdados.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IBGE. Panorama Santa Catarina. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IBGE. Ranking, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em 13 jun. 2018.

IBGE. Censo 2010, Aglomerados Subnormais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/agsn/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2017. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 37). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

ILO. **Activities of the ILO**, 1976. Report of the Director-General (Part 2). International Labour Conference, 63rd Session, 1977. Disponível em: <[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/09383\\_1977\\_63\\_part2.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/09383_1977_63_part2.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Instituto Trata Brasil. **Ranking do Saneamento 2018**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/component/estudos/itb/ranking-do-saneamento-2018>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Instituto Trata Brasil. **Saneamento é saúde**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil: Brasília. **Comunicado IPEA**, nº 58, julho de 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados\\_n58\\_Dimens%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5293/1/Comunicados_n58_Dimens%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

IPEA. Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: impactos do crescimento econômico pós-crise. **Comunicado IPEA**, nº 41, março de 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100310\\_comunicadoipea41.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100310_comunicadoipea41.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

JÚNIOR, Onofre Alves Batista; MAGALHÃES, Tarcísio Diniz; DE OLIVEIRA, Ludmila Mara Monteiro. Liberalismo, desigualdade e direito tributário. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 110, p. 217-272, 2015.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LEITE, Áydano Ribeiro et al. Pobreza multidimensional no estado da Bahia com enfoque no meio rural utilizando a abordagem de Bourguignon e Chakravarty. **Revista Nexos Econômicos**, v. 10, n. 1, p. 7-32, 2017.

LOPES, Maria Antónia. Os Pobres, os Ricos e a Caridade na Literatura Religiosa Portuguesa dos Séculos XVII, XVIII E XIX. In: **Erasmus: Revista de História Bajomedieval y Moderna**. 2016. p. 69-88.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra**: cenários paradoxais no Sul do Brasil. 2016. 222f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2016.

LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson Cesar. Fome e pobreza na região do Contestado catarinense: Conflitos do desenvolvimento no sul do Brasil. **XI Encontro Nacional da ANPEGE**, p. 4291-4302, 2015.

MACHADO, Paulo Pinheiro. 100 anos de Contestado: para historiador, guerra foi marcado por um confronto cultural entre dois mundos. **REVISTA EXXTRA**, Florianópolis, ed. 85, p. 28-35, março 2017. Entrevista concedida a Gustavo Falluh.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MARIN, Solange Regina; OTTONELLI, Janaina. Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões–RS. **Redes**, v. 13, n. 3, p. 241-265, 2008.

MATTEI, Lauro et al. Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI. Anais do **VI Encontro de Economia Catarinense**. Criciúma: APEC, 2012.

MATTEI, Lauro. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. In: **V Encontro de Economia Catarinense**, abril 2011, Criciúma, SC. Anais... Criciúma: UNESC, 2011. Disponível em: <[http://www.apec.unesc.net/IV\\_EEC/sesoes\\_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf](http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf)>. Acesso em 13 jun. 2018.

- MATTEI, Lauro; RODOLFO, Fabiano; TEIXEIRA, Felipe Wolk. Economia catarinense: crescimento com desigualdades e concentração regional e setorial. **Revista NECAT**, v. 1, n. 1, p. 8-17, 2012.
- MIOTO, Beatriz Tamasso. As migrações internas em Santa Catarina no período 2000-2007. **III Encontro de Economia Catarinense**. Economia Solidária. Blumenau, 23 a 25 de abril de 2009. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Beatriz-2009.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2018.
- MIOTO, Beatriz Tamasso. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, Ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2013/01/Revista-NECAT-Ed1.pdf>>. Acesso em: 13 jun 2018.
- MIRANDA, Rogério. **Habitação popular em favelas**: em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Florianópolis, outubro de 2001.
- MONTAÑO. C. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.
- MOSER, Gisele. Transformações do espaço urbano costeiro: patrimonialização do meio ambiente na cidade de Florianópolis/Santa Catarina-Brasil. **GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 8, p. 133-144, 2015.
- MOSER, Magali; IJUIM, Jorge Kanehide. A prática da invisibilidade social sobre as áreas de concentração de pobreza na imprensa de Blumenau (SC). **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 5, n. 1, 2015.
- NATALINO, Marco Antônio Carvalho (Ed.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Nº 21**. Pesquisa painel de mobilidade ocupacional e acesso a programas sociais: apresentação e contribuições metodológicas. 2015.
- NEVES, Cleverson et al. Análise do Índice de Gini nos municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: uma abordagem exploratória de dados espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 9, n. 2, p. 209-227, 2015.
- NUFFIELD, College. University of Oxford. Honorary and Emeritus fellows, Amartya Sen. Disponível em: <<https://www.nuffield.ox.ac.uk/people/profiles/amartya-sen/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- OTTONEELLI, Janaina et al. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 45, n. 3, 2011.
- OTTONEELLI, Janaína. **Pobreza multidimensional na região nordeste**: uma aplicação da Teoria dos Conjuntos Fuzzy (em 2010). 2013. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.
- OTTONEELLI, Janaina; MARIANO, Jorge Luiz. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 48, n. 5, 2014.
- PAPADOPOULOS, Pavlos. AMARTYA SEN, PREMIO NOBEL DE ECONOMÍA 1998. **Cuadernos de economía**: revista del Departamento de Economía, Universidad Nacional de Colombia, n. 29, p. 101, 1998.
- PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

- PNUD, Programa Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- PNUD, Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2014. Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/1-acabar-com-a-fome-e-a-miseria/BRA004042/santa-catarina>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**, 2 ed. Campus, Rio de Janeiro, 2000. 337p.
- RABENHORST, Eduardo Ramalho. Necessidades básicas, direitos humanos e pobreza. **VERBA JURIS-Anuário da Pós-Graduação em Direito**, v. 6, n. 6, 2007.
- RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua; SANGRAULA, Prem. Dólar por dia revisitado. **The World Bank Economic Review**, v. 23, n. 2, p. 163-184, 2009.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas. Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2009.
- RICARDO David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 244p.
- RODOLFO, Fabiano; TEIXEIRA, Felipe W. Santa Catarina: desigualdades regionais no contexto da política de descentralização. **I Encontro da APEC**. Florianópolis, p. 26-22, 2007.
- RODRIGUES, Márcio L.; NEUMANN, Rosane M. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). **XXVIII Simpósio Nacional de História Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis. Jul. 2015.
- ROMÃO, Maurício E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, v. 36, n. 4, p. 355-370, 1982.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. Traços da história do oeste de Santa Catarina. **BIBLOS, [S.l.]**, v. 8, p. 159-178, dez. 2007. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/452>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, p. 155-163, 2001.
- SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- SANTOS, Barbara Ferreira. SC é o estado com melhor desenvolvimento social no país. **Exame, 23 dez. 2016**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/sc-e-o-estado-com-melhor-desenvolvimento-social-no-pais-2/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- SANTOS, Paulo Pereira dos. **A Agricultura Familiar na Região de Lages**. 2011. 75 f. Monografia (Bacharelado) – UFSC. Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SARTORI, S. e MAGNANTI, João N. **Centro Viane de Educação Popular**. Sistematização do Território Serra Catarinense. Projeto 429-MA. Lages: 2011.

SCAZUFCA, Pedro. **Santa Catarina ainda precisa avançar em tratamento de esgoto**. Diário Catarinense-Click RBS, Florianópolis, 16 mar. 2016. Entrevista concedida a Mônica Foltran. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/03/santa-catarina-ainda-precisa-avancar-em-tratamento-de-esgoto-5113043.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SCHÖRNER, Ancelmo. Preconceito, discriminação e criminalização: Jaraguá do Sul (SC) entre “nós” e os “outros”. **Espaço Plural**, v. 9, n. 18, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. Estatísticas da Pobreza. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 58, p. 7-8, 1997. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/statpob.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil. Mimeo. Texto apresentado no **Rio Workshop “On Inequality”**, Rio de Janeiro, 3 a 6 de julho, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SECRETARIA, de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Sistema Nacional de Emprego. **Boletim Regional do Mercado de Trabalho Catarinense**. Série 13, n. 6, Mesorregião Serrana. 2013. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos/197-boletim-regional-serrana2013-1/file>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SECRETARIA, de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Sistema Nacional de Emprego. **Boletim Regional do Mercado de Trabalho Catarinense**. Série 13, n. 2, Mesorregião Serrana. 2013. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/trabalho-e-renda/informacao-e-analise-do-mercado-de-trabalho/estudos-tematicos/195-boletim-regional-norte2013-1/file>>. Acesso em 19 jun. 2018.

SECRETARIA, de Estado da Educação. **Programa Brasil/Santa Catarina Alfabetizada**. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/27207-programa-brasil-santa-catarina-alfabetizada>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SECRETARIA, de Estado do Planejamento. **Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais**. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/58-acao-18-programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdadesregionais#%20faqnoanchor>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SEN, Amartya Kumar. **Development as Freedom**. 1 ed. New York: Anchor Books Edition, 2000. 384p.

SEN, Amartya. Poverty and Famines. **An essay an entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SERRA, Adriana Stankiewicz. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017. 161f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SERRA, Adriana Stankiewicz; YALONETZKY, Gaston Isaias; BELIK, Walter. Pobreza multidimensional no Brasil, 2000/2010. **45º Encontro Nacional de Economia**. ANPEC. Natal, 2017.

SHEAFF, Mike. **Sociology and health care: an introduction for nurses, midwives and allied health professionals**. McGraw-Hill Education (UK), 2005.

SILVA, Cesar Augusto Freyesleben. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. Instituto Cepa/SC, 2003.

SIMIONI, Flavio José et al. Valor econômico da região da coxilha rica em Lages/SC: uma aplicação do método de valoração contingente. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais (em fase de elaboração)**, v. 9 n. 4 (2018): - Abr, Mai 2018.

SMITH, Abel; TOWNSEND, Peter. **The poor and the poorest: a new analysis of the ministry of labour's family expenditure surveys of 1953–54 and 1960**, 1965.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

SOCIAL, ley general de desarrollo. Últimas reformas publicadas DOF 01-06-2016 México, 2004. Disponível em: <[https://coneval.org.mx/Evaluacion/NME/Documents/Ley\\_General\\_de\\_Desarrollo\\_Social.pdf](https://coneval.org.mx/Evaluacion/NME/Documents/Ley_General_de_Desarrollo_Social.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em avaliação educacional**, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012.

STREETEN, Paul et al. **First things first: meeting basic human needs in the developing countries**. New York: Published for the World Bank. Oxford University Press, 1981.

SUGAI, Maria Inês. “Há favelas na ‘Ilha da Magia’”? In: **Abramo, P. (org.). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Coleção Habitare. Porto Alegre, Antac, 2009.

THE WORLD BANK. **O Banco Mundial prevê que a pobreza global caia abaixo de 10% pela primeira vez; obstáculos importantes permanecem na meta de erradicação da pobreza até 2030**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030>>. Acesso em 13 jun. 2018.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 232 p. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2008.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 2017. **Poverty**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty>>. Acesso em 13 jun. 2018.

UNITED NATIONS. Copenhagen Declaration on Social Development. **World Summit for Social Development**. New York, 1995. Disponível em: <[http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_CONF.166\\_9\\_Declaration.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.166_9_Declaration.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

UNITED NATIONS. **Global Sustainable Development Report 2016**, Department of Economic and Social Affairs, New York, July 2016. Disponível em: <[https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/07/The\\_Sustainable\\_Development\\_Goals\\_Report\\_2016.pdf](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/07/The_Sustainable_Development_Goals_Report_2016.pdf)>. Acesso em 13 jun. 2018

VIEIRA, Carine de Almeida; KUHN, Daniela Dias; MARIN, Solange Regina. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação para a Medição de Pobreza Multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, 2017.

VIVA, Real. **Índice DMI-VivaReal aponta Curitiba e Florianópolis como capitais com maior alta no valor do m<sup>2</sup> para compra de imóvel**. Disponível em: <<https://img-empresa.vivareal.com.br/empresa/wp-content/uploads/2015/03/ndice-DMI-VivaReal-aponta-Curitiba-e-Florian%C3%B3polis-como-capitais-com-maior-alta-no-valor-do-m%C2%B2-para-compra-de-im%C3%B3vel.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

VOOS, Charles Henrique. **Quem manda nesta cidade?** Poder e rent-seeking urbano em Joinville/SC após o Estatuto da Cidade. 2016. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

## APÊNDICE A - Rotina de comandos no *Stata* para criação das variáveis *dummy*

ROTINA STATA APENDICE.do - Printed on 19/06/2018 13:12:34

```

1
2   Rotina para criação dos índices A, H e IPM
3
4   1° Eliminação dos valores faltantes (missing) para cada variável a ser utilizada
5       drop if tipo_esc_san_B==.
6       drop if abast_agua ==.
7       drop if alfabetizado==.
8       drop if anos_estudoC==.
9       drop if cond_ocup_C==.
10      drop if ilum_eletr==.
11      drop if dest_lixo==.
12      drop if rend_total_def==.
13      drop if trab_rem_sem==.
14
15   2° Criando variável Dummy
16       0 = Não privado
17       1 = Privado
18       Esta é considerada a Primeira Linha de Corte
19
20       Primeira Dummy: saneamento
21       gen saneamento=1
22       replace saneamento=0 if tipo_esc_san_B==1
23       (tipo_esc_san_B é igual a 1 quando possui rede geral)
24
25       Segunda Dummy: abastecimento
26       gen abastecimento=1
27       replace abastecimento=0 if abast_agua==1
28       (abast_agua é igual a 1 quando possui rede geral com canalização interna)
29
30       Terceira Dummy: alfabetizacao
31       gen alfabetizacao=1
32       replace alfabetizacao=0 if idade<8
33       replace alfabetizacao=0 if alfabetizado==1
34       (alfabetizado é igual a 1 quando possui alfabetização)
35
36       Quarta Dummy: anosestudo
37       gen anosestudo=1
38       replace anosestudo=0 if idade<15
39       replace anosestudo=0 if anos_estudoC>1
40       (anos_estudoC é igual a 0 e 1 quando se tem 7 anos ou menos de estudo)
41
42       Quinta Dummy: cond_ocupacao
43       gen cond_ocupacao=1
44       replace cond_ocupacao=0 if cond_ocup_C<=2
45       (cond_ocup_C é igual a 1 e 2 quando o imóvel é próprio, pago ou pagando)
46
47       Sexta Dummy: eletricidade
48       gen eletricidade=1
49       replace eletricidade=0 if ilum_eletr==1
50       (ilum_eletr é igual a 1 quando possui acesso a energia elétrica)
51
52       Sétima Dummy: destino_lixo
53       gen destino_lixo=1
54       replace destino_lixo=0 if dest_lixo<=2
55       (dest_lixo é igual a 1 e 2 quando se tem coleta por serviço de limpeza)
56
57       Oitava Dummy: renda
58       gen renda=1
59       replace renda=0 if idade<=18
60       replace renda=0 if rend_total_def>140
61       (rend_total_def é a soma da renda do trabalho com a de outras fontes
62       deflacionado)
63
64       Nona Dummy: trabalho
65       gen trabalho=1
66       replace trabalho=0 if idade<=18
67       replace trabalho=0 if trab_rem_sem==1
68       (trab_rem_sem é igual a 1 quando trabalhou em atividade remunerada)
69
70   3° Criando a matrizC de privações
71       gen matrizC = saneamento+abastecimento+alfabetizacao+anosestudo
72       +cond_ocupacao+eletricidade+destino_lixo+renda+trabalho
73
74
75

```

**APÊNDICE B** - Cálculos para obtenção dos índices de pobreza para Santa Catarina e criação das variáveis *dummy* para as mesorregiões, utilizando a Grande Florianópolis como *proxy*.

ROTINA STATA APENDICE.do - Printed on 14/06/2018 14:00:30

```

76      tab matrizC
77
78      matrizC |          Freq.      Percent      Cum.
79      -----|-----
80          0 |          63,432          8.77          8.77
81          1 |         204,279         28.25         37.03
82          2 |         187,919         25.99         63.02
83          3 |         140,829         19.48         82.49
84          4 |          80,779         11.17         93.67
85          5 |          32,955          4.56         98.22
86          6 |          10,735          1.48         99.71
87          7 |           1,938          0.27         99.98
88          8 |            158          0.02        100.00
89          9 |             5          0.00        100.00
90      -----|-----
91      Total |         723,029        100.00
92
93

```

```

94      Aqui podemos observar a matriz de privações para o estado de Santa Catarina,
95      dos 723.029 indivíduos entrevistados, 63.432 disseram não sofrer nenhuma
96      privação dentre os nove indicadores considerados.
97      Cinco indivíduos sofrem 9 privações simultaneamente.
98      Mas o que nos interessa é três privações ou mais,  $k \geq 3$  (que é a segunda
99      linha de corte), para calcular a incidência de pobreza ou H devemos somar
100     todos os indivíduos privados em 3 ou mais indicadores:
101      $H = q/n$ , onde  $q$  = pessoas multidimensionalmente pobres e  $n$  o total pessoas
102      $q = 140.829 + 80.779 + 32.955 + 10.735 + 1.938 + 158 + 5 = 267.399$ 
103      $H = 267.399 / 723.029 = 0,3698$  ou 36,98%
104

```

```

105     A intencidade de pobreza (A) é obtida pela soma dos indicadores ponderados
106     dividido pelo número total de pessoas consideradas pobres:
107

```

```

108     Ponderação dos indicadores:
109      $(3/9 \times 140.829) + (4/9 \times 80.779) + (5/9 \times 32.955) + (6/9 \times 10.735) +$ 
110      $(7/9 \times 1.938) + (8/9 \times 158) + (9/9 \times 5) = 109.963$ 
111

```

```

112      $A = 109.963/267.399 = 0,4112$  ou 41,12%
113

```

```

114     Para obter o M0 ou IPM basta multiplicar os índices parciais H e A
115

```

```

116      $IPM = 0,3698 \times 0,4112 = 0,1521$  ou 15,21%
117

```

```

118     Após este processo foi necessário gerar Dummy para as mesorregiões.
119

```

```

120     Primeira Dummy: meso_gdfpolis
121     (foram pegos todos os códigos dos municípios e inseridos na mesorregião a
122     que ele pertencia identificados por 1, os que não pertenciam foram
123     identificados com 0)
124     Exemplo para Mesorregião da Grande Florianópolis
125

```

```

126     gen meso_gdfpolis=0
127     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420060
128     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420070
129     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420090
130     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420110
131     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420120
132     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420230
133     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420370
134     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420540
135     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420600
136     replace meso_gdfpolis=1 if munic==420980
137     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421020
138     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421150
139     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421190
140     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421230
141     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421430
142     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421570
143     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421590
144     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421630
145     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421660
146     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421725
147     replace meso_gdfpolis=1 if munic==421800
148

```

```

149     (munic é o código do município com 6 dígitos)
150

```

**APÊNDICE C - Cálculos para obtenção dos índices de pobreza para as mesorregiões,  
utilizando a Grande Florianópolis como *proxy*.**

ROTINA STATA APENDICE.do - Printed on 14/06/2018 14:00:30

```

151 Este procedimento foi feito para as demais mesorregiões, o próximo passo foi
152 criar criar tabelas cruzadas:
153 matrizC com a matriz mesorregião, assim foi possível ver as privações sofridas
154 por mesorregião, aplicar a segunda linha de corte k>=3 e calcular os índices.
155
156 Exemplo:
157 tabulate matrizC if meso_gdfpolis
158
159 tab matrizC if meso_gdfpolis
160
161 matrizC | Freq. Percent Cum.
162 -----|-----
163 0 | 13,317 14.16 14.16
164 1 | 31,202 33.17 47.33
165 2 | 25,108 26.69 74.02
166 3 | 14,559 15.48 89.50
167 4 | 6,779 7.21 96.70
168 5 | 2,340 2.49 99.19
169 6 | 680 0.72 99.91
170 7 | 78 0.08 100.00
171 8 | 4 0.00 100.00
172 9 | 0 0.00 100.00
173 -----|-----
174 Total | 94,067 100.00
175
176 Aqui podemos observar a matriz de privações da mesorregião da grande
177 Florianópolis, dos 94.067 indivíduos entrevistados, 13.317 disseram
178 não sofrer nenhuma privação dentre os nove indicadores gerados.
179 Quatro indivíduos sofrem 8 privações.
180 Mas o que nos interessa é três privações ou mais, k>=3, portanto, para calcular
181 o a incidência de pobreza ou H devemos somar todos os indivíduos privados
182 em 3 ou mais indicadores:
183  $H = q/n$ , onde q = pessoas multidimensionalmente pobres e n o total de pessoas
184  $q = 14.559 + 6.779 + 2.340 + 680 + 78 + 4 + 0 = 24.440$ 
185  $H = 24.440 / 94.067 = 0,2598$  ou 25,98%
186
187 A intencidade de pobreza (A) é obtida pela soma dos indicadores ponderados
188 dividido pelo número total de pessoas consideradas pobres:
189
190 Ponderação dos indicadores:
191  $(3/9 \times 14.559) + (4/9 \times 6.779) + (5/9 \times 2.340) + (6/9 \times 680) + (7/9 \times 78)$ 
192  $+ (8/9 \times 4) + (9/9 \times 0) = 9.683$ 
193  $A = 9.683/24.440 = 0,3962$  ou 39,62%
194
195 Para obter o M0 ou IPM basta multiplicar os índices parciais H e A
196
197  $IPM = 0,2598 \times 0,3962 = 0,1029$  ou 10,29%
198
199 O procedimento descrito foi adotado para todas as mesorregiões e municípios.
200

```